



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ENFERMAGEM

TIAGO SOUZA LEAL

**RESISTÊNCIA DE ESTUDANTES DE ENFERMAGEM À DITADURA CIVIL-
MILITAR (1964-1985)**

SALVADOR

2021

TIAGO SOUZA LEAL

**RESISTÊNCIA DE ESTUDANTES DE ENFERMAGEM À DITADURA CIVIL-
MILITAR (1964-1985)**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Colegiado do Curso de Graduação em Enfermagem da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Orientadora: Professora Dra. Cristina Maria Meira de Melo

SALVADOR

2021

TIAGO SOUZA LEAL

**RESISTÊNCIA DE ESTUDANTES DE ENFERMAGEM À DITADURA CIVIL-
MILITAR (1964-1985)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Enfermagem, Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia.

Banca Examinadora

Dr^a. Cristina Maria Meira de Melo - Orientadora
Professora da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia

Dr. Nildo Batista Mascarenhas
Professor do Colegiado de Enfermagem da Universidade do Estado da Bahia

Dr. José Lúcio Costa Ramos
Professora da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia

Salvador, 27 de janeiro de 2021.

Dedicado à minha mãe Marilza e à minha avó Lisbete.

Ao meu pai Nilton (*in memoriam*).

Às mulheres e aos homens vitimadas(os) pela Ditadura civil-militar no Brasil (1964 – 1985).

Às professoras de minha vida inteira e a todas as professoras do meu país.

A Cristina Melo.

Ao mar.

AGRADECIMENTOS

Imagine se não fosse essa vida, que seria da vida. Agradeço a cada momento singular que me trouxe até a construção deste texto. Momentos existem no tempo e com pessoas, relações, luta, lugar, sentimentos, equívoco, contingências, aprendizado, ensinamento, aquisição de memória, uso da memória, estado desperto ou não.

Cada um dos momentos me trouxe até aqui, por isso sou grato Ao Todo, tanto quanto sou grato às representações que citarei agora.

À minha mãe Marilza, ao meu pai Nilton, às minhas avós Lisbete e Anália e ao meu avô Tiago. Às minhas tias Magna, Lúcia, Zilmara e Elizangela. Aos meus tios Gilson e Rafael. A todas(os) minhas(meus) primas(os) nas figuras de Pedro Henrique, Willian e Bianca.

À minha família em Salvador: Pedro, Pedrinho, Juliana, Lucimar e Dona Elza.

Às(Aos) minhas(meus) amigas(os) Ana Raquel, Bruna Graziela, Cristóvão Júnior, Evandro, Gabrielle, Maia, Josy, Maira Larissa, Nilcéa, Ramon, Sebastião, Taty Geisa e Sileide.

Aos felinos Zahra e Tom Zé (Zezinho). Também para Frank, Florence, Dust in the Wind (Dudu) e Nuvem (*in memoriam*). Às caninas Blue e Duquesa.

A Geovanne Morais.

Às(Aos) Colegas do Colégio AGES, nas figuras de Rafaela Katharine e Ramon Nazareno.

Às(Aos) professoras(es) do Colégio AGES, nas figuras de Solange Fraga e João Freire.

Às minhas colegas da graduação em Enfermagem na Universidade Federal da Bahia nas figuras de Yone Cardeal, Hosana Oliveira e Yago Gomes.

Às companhias do morrinho de Ondina, do murinho de Letras, da matinha de Dança, nas figuras de Camila e Carlos.

Às(Aos) companheiras(os) do Diretório Acadêmico de Enfermagem Frederico Perez nas figuras de Claudia Monte, David Jesa, Iuri Gustavo, Lorena Potira e Marília Emanuela.

Às(Aos) companheiras da Executiva Nacional dos Estudantes de Enfermagem (ENEEnf) nas figuras de Rafaela Domingos e Caio Brandão.

Às(Aos) companheiras(os) do Fórum Acadêmico de Saúde da UFBA (FAS), nas figuras de André Melo, Katarina Fernandes, Rosa Soares e Ueslei Monteiro.

Às(Aos) companheiras(os) da Frente Estudantil pela Saúde em Salvador (FES), nas figuras de Romeu Borges e Fang Shen.

Às(Aos) companheiras(os) do Levante Popular da Juventude, nas figuras de Carol Veras, Elen Rebeca e Elder Reis.

Às(Aos) companheiras(os) do Diretório Central da e dos Estudantes da UFBA, nas figuras de Lorena Pacheco e Matheus Assis.

Às(Aos) companheiras(os) do Movimento Estudantil da UFBA, especialmente às(aos) companheiras(os) da greve de 2015, na figura de Felipe Doss (*in memoriam*).

Às(Aos) colegas do componente Técnicas Básicas do Teatro, nas figuras de Mariana e Wanderlin.

Às notáveis Laise Figueiredo, Bárbara Gomes e Mirele Ferreira.

Às professoras da Escola de Enfermagem da UFBA, nas figuras de Ana Carla Coelho, Eloina Alves, Enoy Gusmão, Giselle Teixeira, Heloniza Costa, Isa Nunes, Lais Chagas, Livia Angeli, Neuranides Santana, Priscila Coimbra, Silvia Lúcia Ferreira e Tatiane Araújo.

Às(Aos) servidoras(es) técnico-administrativos da Escola de Enfermagem da UFBA, nas figuras de Dona Elza e Carol.

Às(Aos) trabalhadoras(es) terceirizadas(os) da Escola de Enfermagem da UFBA, nas figuras de Seu Lázaro e Ana Paula.

Ao apoio do Núcleo de Memória Haydèe Guanais Dourado da Escola de Enfermagem da UFBA, nas figuras de Dilma, Kalinka e da professora Sidélia Teixeira.

À Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil da UFBA, na figura da enfermeira Lilian.

À Universidade Federal da Bahia.

Às pessoas que fazem o grupo de pesquisa GERIR, nas figuras de Orlaneide Silva e Handerson Santos.

A todas(os) as(os) enfermeiras(os), técnicas(os) em enfermagem, fisioterapeutas, nutricionistas, médicas(os), assistentes sociais, higienizadoras(es), odontólogas(os), agentes comunitários de saúde, auxiliares administrativos e demais trabalhadoras(es) que me acolheram nos serviços de saúde em Salvador nas atividades práticas e de estágios supervisionados, nas figuras da enfermeira Patrícia Lima e do enfermeiro Fábio Pires.

À cidade de Salvador.

Às mulheres lutadoras estudantes da Escola de Enfermagem da UFBA que fizeram resistência à Ditadura civil-militar (1964-1985), nas figuras de Alziêmia Souza de Paula e Edelita Coelho de Araújo.

Às pessoas que gentilmente aceitaram participar da minha banca de defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, professores Lúcio Ramos e Nildo Mascarenhas.

À minha orientadora, professora Cristina Melo.

Por fim, ao que e a quem não citei.

Obrigado. Por tudo.

*Yo tengo tantos hermanos
Que no los puedo contar
En el valle, la montaña
En la pampa y en el mar*

*Cada cual con sus trabajos
Con sus sueños cada cual
Con la esperanza delante
Con los recuerdos detrás*

*Gente de mano caliente
Por eso de la amistad
Con un lloro pa' llorarlo
Con un rezo pa' rezar
Con un horizonte abierto
Que siempre esta más allá
Y esa fuerza pa' buscarlo
Con tesón y voluntad*

*Cuando parece más cerca
Es cuando se aleja más
Yo tengo tantos hermanos
Que no los puedo contar*

*Y así seguimos andando
Curtidos de soledad
Nos perdemos por el mundo
Nos volvemos a encontrar*

*Y así nos reconocemos
Por el lejano mirar
Por las coplas que mordemos
Semillas de inmensidad*

*Y así seguimos andando
Curtidos de soledad
Y en nosotros nuestros muertos
Pa' que nadie quede atrás*

*Yo tengo tantos hermanos
Que no los puedo contar
Y una hermana muy hermosa
Que se llama libertad*

(Atahualpa Yupanqui)

LEAL, Tiago Souza. **Resistência de estudantes de enfermagem à Ditadura civil-militar (1964-1985)**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2021.

RESUMO

A trajetória das mulheres estudantes de enfermagem no período da Ditadura civil-militar esteve fora da historiografia. Conhecer a história nos permite ser no mundo e transformá-lo, partindo do que se sabe. Não conhecer a história dificulta localizar-se como agente transformador. Em 31 de março de 1964 é dado o golpe civil-militar que colocaria o Brasil no mais discricionário período da sua história, perdurando até 1985. Em todo o país, órgãos de repressão e segurança nacional da Ditadura cercearam direitos. Nos porões da Ditadura torna-se comum a tortura física, psicológica, sexual e moral, com as mais variadas técnicas e tecnologias. Fora dos porões o sentimento de vigilância e medo são artifício constante de repressão, operados nas mentes das pessoas. As lutas travadas nesse período, a resistência do povo organizado, de artistas, intelectuais e religiosos são um valioso legado para mulheres e homens que lutam contra as injustiças e pensam a luta de classes, as contradições no sistema capitalista, os direitos humanos e a democracia. As(Os) estudantes foram sujeitos de importância histórica. Presas, ameaçadas, interrogadas, censuradas, torturadas, mortas, escondidas, exiladas, as mulheres também fizeram resistência à Ditadura. Nos escritos que abordam essa história, no entanto, existem tímidas referências à participação das mulheres estudantes de enfermagem. O objetivo do trabalho é apresentar narrativas das histórias de resistência das estudantes de enfermagem da UFBA à Ditadura civil-militar (1964-1985). Trata-se de um estudo histórico. Foram escritas e apresentadas narrativas históricas, utilizando-se da história oral enquanto técnica de tratamento de fontes orais em formato de história de vida. São narrativas de estudantes de enfermagem durante o período da Ditadura civil-militar (1964-1985), captadas em acervo documental no Núcleo de Memória Haydeê Guanais Dourado da Escola de Enfermagem da UFBA. A base de linha teórica da historiografia construída nesse trabalho é o materialismo histórico. São cinco as entrevistas de estudantes que satisfazem a questão de pesquisa em diferentes momentos do percurso da Ditadura. Os diferentes momentos da Ditadura podem ser observados de acordo com os eventos que são relatados pelas estudantes. O ambiente da desfavorecia qualquer intenção de organização das mulheres para a luta, sendo um dificultador. A organização política cumpre a importância de desenvolver coletivamente uma consciência de classe. A resistência aconteceu dentro e fora da Escola de Enfermagem. O uso da força e da violência da Ditadura atingiu as estudantes diretamente e indiretamente. Conclui-se que as histórias de vida relatadas nas entrevistas que são corpo documental desse trabalho detêm indícios para demonstrar os atos de resistências das mulheres estudantes de enfermagem na luta contra a Ditadura civil-militar (1964-1985).

Palavras-Chave: História, Narrativa, Mulheres, Estudantes de Enfermagem, História da Enfermagem.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|---|
| AI | Ato Institucional |
| AI-5 | Ato Institucional número 5 |
| AP | Ação Popular |
| ARENA | Aliança Renovadora Nacional |
| CCPL | Convênio Cultural de Profissionais Liberais |
| CENIMAR | Centro de Informações da Marinha |
| CGT | Comando Geral dos Trabalhadores |
| CIEX | Centro de Informações do Exterior |
| CISA | Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica |
| CLT | Consolidação das Leis do Trabalho |
| CPDOC | Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil |
| CUCA | Centro Universitário de Cultura e Arte |
| DA | Diretório Acadêmico |
| DCE | Diretório Central dos Estudantes |
| DOI-CODI | Centro de Operações de Defesa Interna |
| DOPS | Departamento de Ordem Política e Social |
| ENEEnf | Executiva Nacional dos Estudantes de Enfermagem |
| ESG | Escola Superior da Guerra |
| EEUFBA | Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia |
| GERIR | Núcleo de pesquisa em políticas, gestão, trabalho e recursos humanos em enfermagem e saúde coletiva |
| IAB | Instituto de Arquitetos do Brasil |
| ICEIA | Instituto Normal da Bahia |
| JUC | Juventude Universitária Católica |
| MDB | Movimento Democrático Brasileiro |
| ME | Movimento Estudantil |
| MFPA | Movimento Feminino pela Anistia |
| MPC | Movimento Popular da Cultura |
| PCB | Partido Comunista Brasileiro |
| PCdoB | Partido Comunista do Brasil |

| | |
|-------|---|
| PTB | Partido Trabalhista do Brasil |
| SNI | Serviço Nacional de Informações |
| UBES | União Brasileira dos Estudantes Secundaristas |
| UDN | União Democrática Nacional |
| UEB | União dos Estudantes da Bahia |
| UNE | União Nacional dos Estudantes |
| UNEEn | União Nacional das Estudantes de Enfermagem |
| URSS | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----------|
| Quadro 1 — Resumo de biografia pregressa de Edelita Coelho de Araújo | 29 |
| Quadro 2 — Resumo de biografia pregressa de Maria de Lourdes Ferreira | 33 |
| Quadro 3 — Resumo de biografia pregressa de Alziêmia Souza de Paula | 35 |
| Quadro 4 — Resumo de biografia pregressa de Cristina Maria Meira de Melo | 38 |
| Quadro 5 — Resumo de biografia pregressa de Cristina Campos dos Santos | 41 |

SUMÁRIO

| | | |
|----------|--|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 13 |
| 2 | RESISTÊNCIA | 19 |
| 3 | MULHERES NA HISTORIOGRAFIA | 21 |
| 4 | METODOLOGIA | 23 |
| 4.1 | RECORTE ESPACIAL | 25 |
| 4.2 | RECORTE TEMPORAL | 25 |
| 4.3 | CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DAS ENTREVISTAS | 25 |
| 4.4 | AS ENTREVISTAS | 25 |
| 4.5 | AS NARRATIVAS | 26 |
| 4.6 | ASPECTOS ÉTICOS | 27 |
| 5 | RESULTADOS | 28 |
| 5.1 | EDELITA COELHO DE ARAÚJO | 29 |
| 5.2 | MARIA DE LOURDES FERREIRA | 33 |
| 5.3 | ALZIÊMIA SOUZA DE PAULA | 35 |
| 5.4 | CRISTINA MARIA MEIRA DE MELO | 38 |
| 5.5 | CRISTINA CAMPOS DOS SANTOS..... | 41 |
| 6 | DISCUSSÃO | 42 |
| 7 | CONSIDERAÇÕES FINAIS | 44 |
| | REFERÊNCIAS | 53 |
| | ANEXOS | 56 |

1 INTRODUÇÃO

A trajetória das mulheres estudantes de enfermagem no período da Ditadura civil-militar esteve fora da historiografia. É iniciada na Bahia com a pesquisa desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa em Políticas, Gestão, Trabalho e Recursos Humanos em Enfermagem e Saúde Coletiva (GERIR), da Escola de Enfermagem da UFBA (EEUFBA). Até então este se configura como a única pesquisa na Bahia sobre o tema.

Compreender criticamente a natureza e a finalidade históricas justifica a importância da abordagem usada nesta pesquisa. Para Eric Hobsbawn (1997, p. 243) “toda história é história contemporânea disfarçada.” Isto revela o caráter cíclico do percurso histórico e o quanto este percurso constitui o tempo presente. Assim, conhecer a história nos permite ser no mundo e transformá-lo, partindo do que se sabe. Não conhecer a história dificulta localizar-se como agente transformador (HOBSBAWN, 1997).

Começar a entender o Brasil sobre o qual esse trabalho se debruça requer uma ampliação do panorama em uma escala global. Não é possível compreender a complexidade constitutiva da vida no modo de produção capitalista sem observar o comportamento do sistema numa escala internacional (MARX; ENGELS, 2007).

No mundo, o início da década de 1960 foi marcado por acontecimentos que se sucederam em conjunturas multinacionais. Conheciam-se o avanço da experiência de um projeto de sociedade, evidenciado pelos países que seguiam o exemplo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e pela multiplicação das atividades das internacionais comunistas pelo globo (BANDEIRA, 2001).

Embasados nas teorias dos filósofos políticos Karl Marx e Friedrich Engels, que questionavam o modo como o sistema do lucro operava no modo de produção capitalista, determinava a vida do conjunto dos trabalhadores. A operacionalização de exemplos da prática revolucionária movimentou os grandes atores do capital mundial. No Brasil, a história não seguiu um rumo diferente (BANDEIRA, 2001).

O início da década de 1960 foi marcado pela ascensão de formas de organização social que questionavam as configurações do Estado brasileiro no contexto do modo de produção capitalista, tanto em relação às arbitrariedades internas, quanto à dependência externa. A partir de então, as forças contrárias aos movimentos de organização popular também se articulavam. Não se pode acreditar que o golpe civil-militar operado no

Brasil resultou de um acaso. Pelo contrário, à medida em que a democracia ganhava robustez, e a participação política despontava, a sociedade conservadora já se organizava para frear o levante (PRIORI et al. 2012).

O presidente da República eleito pela União Democrática Nacional (UDN), Jânio Quadros, considerado um demagogo e moralista eleito com o *slogan* de varrer a corrupção, renunciou ao seu mandato em 1961, numa estratégia que apelou para a compaixão do povo e dos militares, sem o resultado esperado. De forma articulada, enviou seu vice-presidente João Goulart, o “Jango”, do Partido Trabalhista do Brasil (PTB) – que à época era eleito democraticamente em chapa separada – a uma visita oficial à China, e imaginou que a sociedade brasileira fosse implorar para que o presidente permanecesse no cargo, numa estratégia populista considerada como das mais desastradas da República (NOGUEIRA, 2020).

A sociedade não pediu para Jânio Quadros ficar e, ao mesmo tempo, havia uma tensão dos ministros militares contra Jango, vetando a sua posse, sendo produzida uma primeira cisão constitucional no período. Foi então fabricado um regime parlamentarista, com a finalidade de autorizar a posse presidencial, mas impedindo que este ocupasse o poder de fato. Goulart assume no regime presidencialista apenas em 1963, quando realiza-se plebiscito com 9,5 milhões de votos contra o parlamentarismo e 2 milhões de votos a favor (GASPARI, 2002).

Em meio às tensões institucionais os setores da burguesia brasileira, ou seja, os donos dos meios de produção do país, apoiados por segmentos da classe média e média alta da sociedade civil, apontaram na biografia do presidente, e principalmente na proposta das Reformas de Base, uma tendência comunista. A saber:

O medo de um Jango amigo dos comunistas tem sua origem durante a atuação deste enquanto Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, entre os anos de 1953 e 1954. Naquele contexto, além de aproximar o Ministério do Trabalho dos próprios trabalhadores, estimulando as denúncias contra as infrações cometidas contra a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) (SILVA, 1975, p.50).

Assinou dois decretos. Um desapropriava as terras ociosas das margens das rodovias e açudes federais. Outro encampava as refinarias particulares de petróleo (GASPARI, 2002, p.48).

No contexto da América do Sul, desde os anos de 1950 houve ascensão de governos populistas, próximo dos sindicatos, vinculando-os ao Estado. No Brasil dos anos 1960 os sindicatos chegam fortalecidos, interferindo nas decisões políticas junto aos setores progressistas. Em 1962, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) decreta

greve contra decisões políticas de João Goulart e reivindicando maiores salários, cessando as greves apenas com a sanção da lei do 13º salário. Só em 1963 foram realizadas 172 greves (GREGÓRIO, 2006).

A sociedade civil conservadora exigia que o governo seguisse garantindo suas benesses, enquanto despontava a ascensão dos movimentos de trabalhadoras(es) sindicalizadas(os) e que eram a base de sustentação do governo. Acirra-se uma tensão de classes com a ajuda dos Estados Unidos da América do Norte, por meio da distribuição de livros, materiais ideológicos, armas e apoio às figuras públicas (SANTANA, 2009).

Ao contexto nacional somava-se ainda o fato da crise econômica, com inflação de 140% no início de 1964, ampliação da dívida externa herdada dos governos antecessores e de enfrentamentos continuados com o Congresso conservador e a manifestação macartista como as Marchas da Família com Deus pela Liberdade (GASPARI, 2002).

Para avançar em um cenário democrático difícil para a operação de um golpe, foram feitas articulações entre a burguesia interna - aliada do imperialismo norte-americano interessado, no contexto de Guerra Fria, em deter o comunismo no mundo e conseguir aliados políticos - com os militares do Brasil e a sociedade civil conservadora, também aqui justificando as razões do uso do termo “Ditadura civil-militar” nesse trabalho (SANTANA, 2009).

Em 31 de março de 1964 é dado o golpe civil-militar que colocaria o Brasil no mais discricionário período desde a democratização, perdurando até 1985. Dissolvida a Constituição, foram promulgados os chamados Atos Institucionais (AI) que eram a materialização, dentro do âmbito das leis, da natureza do Regime. Ao todo foram 17 Atos, sendo o AI-5 aquele que tornou legal a tortura a brasileiras e brasileiros, além de suspender o direito a *habeas corpus* (ARNS, 2011).

A relação dos militares golpistas brasileiros com autoridades de inteligência norte-americanos remonta historicamente da II Guerra Mundial. Exemplo disso é que a Escola Superior da Guerra (ESG), da qual derivaria o Serviço Nacional de Informações (SNI), o Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), o Centro de Informações do Exterior (CIEX), o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), baseados na

concepção de “defesa nacional”, foram estruturados nos moldes da *Nacional War College*. Compartilhou-se o aparato ideológico, logístico e bélico (PRIORI et al, 2012).

Nesse paradigma, o governo golpista publica o Decreto-Lei 314/68, que funcionou como a radicalização da ideologia da busca por inimigos internos, na intenção de identificá-los e eliminá-los. Esses sujeitos eram qualquer pessoa da qual se desconfiasse ser “subversiva”, adjetivo empregado frequentemente para quem questionava o governo, quem acreditava em outro regime político ou em outra ideologia, artistas, estudantes, professoras(es), políticos e até mesmo as(os) que caluniosamente foram relacionadas(os) ao comunismo e/ou às(aos) comunistas, por qualquer pessoa (PRIORI et al, 2012).

Em todo o país, órgãos de repressão e segurança nacional da Ditadura, inclusive amparados pelo Ministério da Educação e Cultura, não pouparam esforços no que diz respeito ao cerceamento do direito à livre manifestação coletiva e individual. A criminalização da União Nacional do Estudante (UNE) é um dos eventos máximos. Para além da entidade nacional, uma série de medidas foram estabelecidas e as Universidades fragmentadas e limitadas para dentro dos Institutos, Faculdades, Escolas, limitando as atividades dos Diretórios e Centros Acadêmicos e mesmo as reuniões que tinham caráter informal (BENEVIDES, 2009).

Nos porões da Ditadura torna-se comum a tortura física, psicológica, sexual e moral, com as mais variadas técnicas e tecnologias. Foram reveladas quase uma centena de modos diferentes de tortura. Institucionalizada de tal maneira que os documentos da pesquisa “Projeto Brasil: nunca mais” contêm depoimentos de pessoas que foram cobaias em demonstrações de aulas práticas em tortura para turma de cem oficiais. Institucionalizada, a tortura chegou a funcionar como “método científico”, sendo incluída em currículos de formação militar, exportando *know-how* a respeito. Foram ainda praticadas violências de diversas ordens contra menores de idade, crianças, mulheres grávidas que sofriam aborto ou tinham seus filhos raptados (ARNS, 2011).

Em entrevista de 2012 ao Correio Brasiliense, a ex-presidenta do Brasil Dilma Rousseff, perseguida, presa e torturada aos 20 anos de idade durante a Ditadura, revelou:

Se o interrogatório é de longa duração, com interrogador ‘experiente’, ele te bota no pau de arara alguns momentos e depois leva para o choque, uma dor que não deixa rastro, só te mina. Muitas vezes também usava palmatória; usava em mim muita palmatória. Em São Paulo usaram pouco esse ‘método’. No fim, quando estava para ir embora, começou uma rotina. No início, não

tinha hora. Era de dia e de noite. Emagreci muito, pois não me alimentava direito (ROUSSEFF, 2012).

São milhares de relatos daquelas(es) que conseguiram sobreviver e o silêncio de mortas(os) e desaparecidas(os) a respeito do que aconteceu nos porões da Ditadura. Assim, não pode um povo jamais esquecer tamanha brutalidade e violação dos Direitos Humanos, violação da própria vida. Não pode um povo esquecer-se das vítimas, das sequelas provocadas em cada mulher, em cada homem, em cada criança e em cada não nascida(o).

Fora dos porões o sentimento de vigilância e medo são artifício constante de repressão sendo operado nas mentes das pessoas. O conservadorismo reflexo das demandas do modo de produção econômico para controle dos corpos à época é caracterizado também pelo reacionarismo do Estado ocupado e da sociedade civil, pulverizando o ódio justificado num sentimento macartista, pelo Brasil (ARNS, 2011).

As lutas travadas neste período, a resistência do povo organizado, de artistas, intelectuais e religiosas(os) são, até hoje, um valioso legado para mulheres e homens que lutam contra as injustiças à classe trabalhadora, pensam a luta de classes, as contradições no sistema capitalista, os direitos humanos e a democracia. Hoje, e quando foi instaurada a Ditadura civil-militar no país, as(os) estudantes foram sujeitos com importância histórica (MARTINS FILHO, 1987).

Organizados(as) nacionalmente pela UNE e pela União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), as(os) estudantes resistiram bravamente às forças ditatoriais promovendo greves, passeatas, movimentos de arte e educação. A Marcha dos Cem Mil teve expressiva participação e marca a história da luta dos jovens no Brasil. Durante os anos de criminalização do movimento estudantil foi necessário se organizar na clandestinidade e, depois de recuperados os direitos políticos, a grande energia de resistência estava em reerguer as organizações já em meio a tantas(os) lutadoras(es) vitimadas(os). Uma busca breve poderá trazer às atuais gerações estudos, relatos e reportagens sobre o quão importantes foram as lutas estudantis durante a Ditadura civil-militar de 1964-1985 (MARTINS FILHO, 1987).

Não é tão fácil encontrar, entretanto, textos sobre a participação das mulheres estudantes na resistência política à Ditadura. Presas, ameaçadas, interrogadas, censuradas, torturadas, mortas, escondidas, exiladas, elas também lutaram contra a Ditadura e para reaver a democracia no Brasil.

Nos escritos que abordam a história da Ditadura civil-militar brasileira existem tímidas referências à participação das mulheres no movimento estudantil, uma carência de análises sobre esta participação (RODEGHERO e MACHADO, 2017).

Isso posto, o objeto de estudo é as histórias de resistência de mulheres estudantes de enfermagem da Universidade Federal da Bahia (UFBA) à Ditadura civil-militar (1964-1985), a partir da pergunta de pesquisa: quais as histórias de resistência de mulheres estudantes de enfermagem da UFBA à Ditadura civil-militar (1964-1985)? O objetivo do trabalho é construir narrativas das histórias de resistência das estudantes de enfermagem da UFBA à Ditadura civil-militar (1964-1985).

A intenção de refletir sobre como se constrói um estudo em história tenta suprimir uma falta, mesmo se sabendo um estudo ainda tão incipiente, justificando a importância deste trabalho para a produção de matéria científica.

Esse trabalho também pode ser relevante para as(os) estudantes de enfermagem que não têm acesso aos fatos que constituíram esse período histórico específico. Pode também contribuir para disseminar o acesso à verdade, construção e resgate da memória histórica brasileira-baiana, e contar a história não revelada de mulheres estudantes de enfermagem, diminuindo os silêncios que as envolvem como sujeitos de ação política.

Com isso, de alguma forma a história pode assumir, como escreveu Maria Amélia da Almeida Teles (1999) em sua "Breve história do feminismo no Brasil", a postura incômoda de indignar-se com o fenômeno histórico em que metade da humanidade (as mulheres) se viu milenarmente excluída nas diferentes sociedades.

As mulheres estudantes, homens e mulheres estudantes de enfermagem, enfermeiras e enfermeiros, brasileiras e brasileiros, podem se interessar em conhecer histórias não contadas. Afinal, uma das funções positivas desempenhadas pela memória é a de reforçar a coesão social, na medida em que nos oferece a base para a compreensão de pertencimento a um grupo, não pela coerção, mas pela afetividade, permitindo a construção de uma consciência de classe (POLLAK, 1992).

2 RESISTÊNCIA

O conceito de resistência pode estar voltado para o combate, a negação de algo que age sobre si. Também é a capacidade de suportar, de recusar a submissão. Algumas pessoas desenvolvem mais resistência, outras menos, como uma reação ao que lhes ataque, atinja, afete ou que tente manipular, transformar, adequar. Resistência é sempre reação (ASPIS, 2011).

Segundo BOBBIO (2004, p.61), as pessoas podem obedecer e aceitar as condições colocadas pelos agentes do Estado e pela minoria social detentora do poder ou pode não as aceitar e contra estes rebelar-se. O autor confere uma distinção entre o contrário de obedecer e o contrário de aceitar. Ao primeiro, refere-se a resistência, ao segundo refere-se a contestação. Não é exatamente nítida a diferença na prática, como também quando uma começa e a outra termina, quando estão juntas ou separadas. A resistência objetiva colocar o sistema em crise, mas não em questão. A contestação visa colocar o sistema em questão, não em crise.

Importa dizer que a resistência está relacionada à atitude prática, ainda que apenas demonstrativa (como usar uma roupa diferente do uniforme padronizado por uma Instituição). Pode chegar ao uso da violência, não sendo, no entanto, um imperativo. Já a contestação está relacionada ao discurso crítico, ao protesto verbal. O uso da violência é sempre e apenas ideológica (BOBBIO, 2004).

No contexto de Estado, “a resistência é de forma geral uma oposição aos governos opressores, leis e instituições sociais injustas, sendo inserida inclusive como forma de legítima defesa” (SALLES; MATIELLO; OLSSON, 2014, p.742)

A resistência é compreendida, em geral, como a reação às imposições do grupo dominante na divisão do trabalho no sistema capitalista pela classe trabalhadora no processo intermitente chamado luta de classes, onde um grupo detém o poder e outro não. Os poderosos no sistema usam a força, a ideologia, a lei, para dominar e, quem luta para sobreviver e transformar essa realidade, resiste (MARX; ENGELS, 2007).

As imposições se encontram no uso da força pelo Estado, nas condições de vida que correspondem primeiramente às necessidades humanas básicas, depois à manutenção do movimento de mudança, à sociabilização, a tomada de consciência e, então, é possível resistir incidindo na transformação da realidade na medida em que se resiste à própria realidade que já está posta (MARX; ENGELS, 2007).

Sendo assim, na história em que cabe esse estudo, a Ditadura civil-militar, enquanto regime do aparato de Estado apoiado pela burguesia interna e por parte da sociedade civil brasileira, detém o domínio do poder. A parte da classe trabalhadora e dos movimentos sociais organizados, resiste.

Resistência neste estudo refere-se, portanto, à atitude prática, fruto de uma consciência política, contrária à obediência ao instituído pela Ditadura civil-militar (1964-1985) então detentora da hegemonia do Estado, visando a transformação da realidade.

3 MULHERES NA HISTORIOGRAFIA

Historicamente, a ciência tem reafirmado o lugar das mulheres no mundo como sendo de menor importância. Para os tempos de agora, as pessoas que fazem ciência precisam construir crítica às ausências de estudos sobre essas personagens. Assim é também com a história (COLLING, 2015).

Vejamos: Paul Veyne conceitua a história como uma narrativa de eventos reais que tem o homem como ator. Para Marc Bloch, a história seria definida como "ciência dos homens no tempo." As formulações, assim, devem ser remodeladas, definindo a história como "a ciência de mulheres e homens no tempo" (TILLY, 1994, p.30). Sujeitos ativos das transformações no mundo, escrever sobre as lutas das mulheres no tempo deve demarcar uma contribuição para a reparação do que deixou de ser escrito.

A exclusão das mulheres na história funciona com fundamentos de um projeto de sociedade machista e é fundante nela. A ausência de uma produção simbólica a respeito da mulher histórica reforça a cultura que diminui a existência das mulheres ao interesse particular do Estado machista. O resultado dessa campanha ideológica é naturalizado como interesse comum ao conjunto do grupo, gerando um ciclo (BOURDIEU, 1989).

Para Hobsbawn (1997),

É inevitável que a história esteja tão profundamente impregnada de ideologia e política que seu próprio tema e objetos sejam, de tempos em tempos, colocados em questão, especialmente quando se lembra que suas descobertas resultam em consequências políticas indesejáveis (HOBSEBAWN, 1997, p.67)

Sociedades machistas e a construção do modo de vida generalizável (BOURDIEU, 1989) impedem que as mulheres deixem registros históricos. O fato é que a historiografia por muito tempo negou a participação das mulheres na história, como se elas estivessem fora do tempo e dos acontecimentos. O silenciamento se dá em casa, no trabalho, mas também pela própria natureza da história tal como foi pensada até então (PERROT, 1998).

Uma consequência desse fenômeno é que a mulher militante política não é encarada como sujeito histórico, sendo excluída do jogo do poder (COLLING, 2015).

Sobre a participação política das mulheres estudantes da EEUFBA na resistência contra a Ditadura civil-militar iniciada em 1964 e perdurando até o ano de 1985, não foi encontrado registro de estudos. Sendo a primeira Escola de formação profissional de enfermeiras do Norte e do Nordeste do Brasil e a terceira no país, a Escola detém papel histórico como protagonista nesta formação.

Nessa Escola, exclusivamente mulheres compunham o corpo estudantil até o início da década de 1970. É um paradoxo. As estudantes também se destacaram pelo engajamento político, fato este ainda não registrado na historiografia e que é importante que seja revelado (PIRES; MELO, 2008).

Como exemplo, uma busca realizada na biblioteca digital SciELO, usando os descritores “ditadura” e “enfermagem” mais o operador booleano “AND”, revela um total de 5 publicações, quando excluídas as repetições. Duas das publicações refere-se à “ditadura do Estado Novo”, outra à “assistência psiquiátrica intramuros na ditadura civil-militar”, uma foi intitulada “precarização do trabalho da enfermeira: militância profissional sob a ótica de imprensa”, uma refere-se à “ditadura da cultura do não-amamentar”. Todas foram suprimidas no primeiro filtro, o da adequação ao tema de pesquisa. Não foram encontrados trabalhos em forma de artigo que tratem da vida estudantil das estudantes de enfermagem na ditadura civil-militar (1964-1985), tampouco abordando suas histórias de resistência.

Uma busca realizada no repositório da UFBA, usando os descritores “ditadura” e “enfermagem” mais o operador booleano “AND”, revela um total de 8 publicações. Nenhuma delas que tratem da vida estudantil das estudantes de enfermagem na ditadura civil-militar (1964-1985), tampouco abordando suas histórias de resistência.

Essas ausências reforçam a justificativa da produção desse trabalho.

4 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo histórico. São construídas narrativas históricas, utilizando-se da história oral enquanto técnica de tratamento de fontes orais em formato de história de vida. São narrativas de estudantes da EEUFBA durante o período da Ditadura civil-militar (1964-1985) captadas em acervo documental.

A base teórica da historiografia construída nesse trabalho é o materialismo histórico.

A historiografia materialista compreende o sujeito histórico como diretamente vinculado à estrutura material da vida. A composição de sua consciência, estrutura intelectual, práticas no mundo, modos de ser e agir são condicionadas a meios de existência que serão reproduzidos. De forma bastante sintética, aquilo que se é coincide com aquilo que se produz; a forma como manifestam a vida reflete aquilo que são; ou seja, vive-se um modo determinado de atividade, uma vida determinada condicionada ao que se produz no mundo material. Por isso, a construção desse tipo de historiografia deve se ater a critérios puramente empíricos (MARX; ENGELS, 2007).

Os resultados apresentados nesse trabalho foram extraídos do relato de história de vida de mulheres estudantes de enfermagem da Universidade Federal da Bahia que atuaram para transformar a realidade local, estando também alinhadas às lutas nacionais de resistência à Ditadura civil-militar instalada no Brasil, vigente por vinte e um anos.

As fontes orais foram captadas nos resultados do projeto “Construindo Acervo no Núcleo de Memória da Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia: trajetória das estudantes de enfermagem na luta contra a Ditadura Civil-Militar (1964-1985).” Este acervo é constituído no total por 18 entrevistas realizadas com estudantes da EEUFBA que se graduaram entre os anos de 1964 e 1985. No início de cada entrevista foi apresentado um roteiro pedindo que o depoimento passasse pela data de nascimento, constituição familiar, memórias de infância, vida escolar, escolha do curso, vida universitária e mundo do trabalho. Quando necessário, foi feita alguma pergunta referente ao relatado ou ao não dito e/ou intervenções para retomar a ordem do roteiro. Este trabalho utilizou as entrevistas do acervo público como fonte de dados com base em critérios de seleção definidos conforme descrito no método.

Não houve tratamento intermediando a fonte histórica original e este estudo. Para este trabalho foram selecionadas as entrevistas que demonstraram histórias de resistência à Ditadura Civil-Militar, avaliando-se a importância dos relatos de atuação

dentro e fora dos espaços da EEUFBA. Para tanto, foi necessário ler o conjunto das 18 entrevistas, tomando ciência da totalidade do conteúdo contido nesse acervo e posteriormente selecionadas as entrevistas para esse estudo.

A história oral é um instrumento metodológico que possibilita investigar lembranças e esquecimentos de cada indivíduo e, também, reunir evidências de processos amplos e coletivos da construção de um passado comum e compartilhado (PENNA, 2017).

É importante esclarecer que a história oral, enquanto ciência, vem ganhando visibilidade e adeptos nas últimas décadas e, junto a esse movimento, surgem as críticas ao método. Muito já foi construído a respeito de um desenho do método por grupos especializados, mas sequer há um consenso que determine a história oral como uma técnica, como uma disciplina, como uma metodologia. Da mesma sorte, existem os que sequer a concebem como historiografia legítima (SELAU, 2004).

A história oral enquanto técnica ou método não poderia ser plenamente contemplada nesse trabalho levando em conta as exigências da principal referência em história oral no Brasil que é o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) (ALBERTI, 1990).

Enquanto disciplina, a história oral permitiu que fossem observadas as entrevistas já produzidas como fontes de conhecimento histórico disponíveis para estudo. Aqui a abordagem é de um texto em processo de construção, que contém fonte, análise, proposição, mas que suscita perguntas, não necessariamente fornece respostas determinadas (SELAU, 2004).

O norte metodológico deste trabalho está em revelar, partindo do relato de personagens reais, a respeito de suas trajetórias de vida, as memórias que são significativas para o tema abordado, trazendo a perspectiva pessoal do sujeito ativo no processo de transformação do mundo, das memórias do sujeito histórico e a visão do mundo sob suas perspectivas enquanto ser social em um tempo histórico definido.

Foram realizados os recortes necessários nas entrevistas e apresentadas as memórias contidas em cada relato capazes de satisfazer o objeto de pesquisa. Foram realizados adendos pelo autor do trabalho, mas que poderão ser complementados pela(o) leitora(or) em uso de seu próprio conhecimento, especialmente na discussão. Daí poderão surgir questionamentos, análises, conclusões, refutações ao argumento do autor, novas pesquisas. Lembrando que as fontes utilizadas estarão disponíveis em acervo público do Núcleo de Memória Haydée Guanais Dourado da Escola de Enfermagem da

Universidade Federal da Bahia para acesso integral ao conteúdo das entrevistas aqui disponíveis em trechos.

4.1 Recorte espacial

As narrativas abordam fatos ocorridos na EEUFBA; eventos registrados na cidade de Salvador, Bahia e na cidade de Ibiúna, São Paulo, onde aconteceu o Congresso clandestino da União Nacional dos Estudantes, em 1968.

4.2 Recorte temporal

Foi observado todo o tempo constituinte do período ditatorial, com a preocupação de se ater ao tema da resistência de mulheres estudantes de enfermagem e à cisão com a democracia nesse contexto a qualquer tempo.

4.3 Critérios de seleção das entrevistas

Foram selecionadas aquelas entrevistas que atendiam a qualquer tempo à questão de pesquisa desse estudo: quais as histórias de resistência de mulheres estudantes de enfermagem da UFBA à Ditadura civil-militar (1964-1985)? Assim, considerou-se as histórias que não se limitaram a atuação ao interior da EEUFBA e que se adequam ao conceito de resistência empregado.

4.4 As entrevistas

Por tratar-se de uma história contemporânea, ainda vívida na memória da sociedade brasileira, o projeto matriz da qual foram extraídas as entrevistas utilizadas neste trabalho faz a opção de produzir fontes orais com sujeitos que vivenciaram os acontecimentos. As pessoas narram o vivido, o que os sentidos perceberam e a memória registrou, nunca de forma alheia à própria ordem social, família, modo de produção da vida, regime político, condições de classe.

Este é um instrumento metodológico que possibilita investigar lembranças e esquecimentos de cada indivíduo e, também, reunir evidências de processos amplos e coletivos da construção de um passado comum e compartilhado (PENNA, 2017).

A opção para a produção desse trabalho como sendo a apresentação de narrativas permite uma visão de conjunto que tem como centro as histórias das estudantes acerca de suas trajetórias durante sua graduação na EEUFBA inserida no contexto da Ditadura civil-militar. A narrativa possibilita entender os acontecimentos e as conjunturas daquele período à luz das versões e das experiências particulares das estudantes.

A narrativa histórica tem uma função simbólica. Michel de Certeau descreve sobre a finalidade da narrativa histórica que esta,

Permite uma sociedade situar-se, dando-lhe, na linguagem, um passado, e abrindo um espaço próprio para o presente: “marcar” um passado, é dar um lugar à morte, mas também redistribuir o espaço nas possibilidades, determinar negativamente aquilo que está por fazer e, conseqüentemente, utilizar a narratividade, que enterra os mortos, como um meio de estabelecer um lugar para os vivos (CERTEAU, 2002, p.107).

Por ser uma narrativa, ela não faz reviver os eventos. O vivido, tal como sai das mãos do historiador, não é o dos atores. Não pode ser apreendido de maneira direta e completa, mas, sempre incompleta e lateralmente, por indícios (VEYNE, 2008). Isso nos permite compreender o primeiro limite da pesquisa e, desde já, buscar superá-lo. O trabalho não busca a verdade em si, mas os indícios considerados memoráveis nos relatos individuais.

4.5 As narrativas

O texto narrativo descreve uma série de ações e eventos que se desenrolam em determinado tempo e espaço, nesse estudo com base em relatos de história de vida. Conta com personagens, que no caso desse estudo são pessoas reais, que atuam e um narrador que relata a ação (BARREIRA; SANTOS, 2015).

As entrevistas selecionadas foram ouvidas integralmente. Foram pinçadas as passagens que serviram como objeto de relevância histórica compatível com o tema do trabalho. Transcritos na integralidade do que foi falado, os textos foram transpostos do discurso direto para o indireto, onde a memória individual possa se tornar compartilhada a qualquer tempo e público.

Foram utilizados dois momentos da construção das narrativas: uma apresentação biográfica, com breve trajetória de vida extraída do próprio relato das entrevistadas no projeto matriz até a chegada à EEUFBA, na intenção de introduzir o contexto de vida que constitui cada uma das estudantes, e a passagem pela graduação com os relatos de ações de resistência no recorte temporal do objeto de estudo.

Aos recortes das narrativas foi introduzido a perspectiva de gênero, aspectos da conjuntura, além de pontos de interlocuções entre as próprias entrevistadas.

O segundo limite diz respeito ao fato de ser um homem o narrador dessa história. Há muitos entendimentos que apenas a experiência de ser mulher no mundo pode proporcionar, devendo ser lembrado. A ideia é explorar as entrevistas e delas extrair a memória, com o menor número de interferências do narrador-pesquisador, permitindo ao episódio narrado amplitude para quem lê. Entre as narrativas escritas, melhores são as que menos se distinguem das histórias contadas. Evitar explicações é parte importante da construção das narrativas (BENJAMIN, 1985).

O terceiro limite é a não formação específica como estudante de curso de graduação em história. Este trabalho foi feito e orientado apenas por entusiastas e diletantes da História.

4.6 Aspectos éticos

Durante todo o processo de construção do estudo foram respeitados os aspectos éticos, compreendendo a importância destes na condução de um trabalho dessa natureza, não comprometendo de nenhuma forma a integridade das estudantes entrevistadas. Não são citados nomes de terceiros, trechos de entrevistas em que foi solicitada supressão de algum relato, bem como os temas que o próprio autor considerou sensível à luz do bom senso.

Como esta não é uma pesquisa analítica, já tão sensível para as interpretações que possam ser feitas da memória de pessoas reais, houve preocupação e sensibilidade para que as narrativas não fossem alvo de interpretações do autor para aspectos subjetivos que possam dar margem a interpretações dúbias ou equivocadas.

Para produção das entrevistas pelo projeto matriz as entrevistadas assinaram termo de consentimento livre e esclarecido, lido e orientado a cada uma, esclarecidas dúvidas de qualquer ordem. Todas consentiram que fosse usado o nome próprio e

completo, dado a natureza da entrevista e sua finalidade de constituir um arquivo público na EEUFBA.

Como para esta pesquisa foi utilizado um banco de dados secundário de um acervo público, o trabalho não precisou ser submetido a um Comitê de Ética e Pesquisa.

5 RESULTADOS

A primeira personagem desse estudo é Edelita Coelho de Araújo. Assim como não se deve entender o golpe de 1964 isolado do contexto político iniciado no Brasil desde 1961, ano em que o vice-presidente democraticamente eleito, João Goulart, deveria assumir o lugar de Jânio Quadros que naquele momento renunciara, a trajetória de Edelita na EEUFBA entre os anos de 1961 a 1964, como agente ativa com reverberações inclusive nacionais, contribui para compreender a fase da transição à concretização do golpe de Estado.

Depois segue a trajetória de Maria de Lourdes Ferreira, que frequenta a EEUFBA no final do chamado primeiro momento da Ditadura (1964-1968).

Seguem Alziêmia Souza de Paula e Cristina Maria Meira de Melo que vivem a graduação no segundo momento do regime (1968-1979) e, por último, Cristina Campos dos Santos, que é estudante da Escola de Enfermagem no chamado período de reabertura política (1980-1985).

Os depoimentos dão conta de histórias de resistência à Ditadura civil-militar de 1964-1985 transformadas em narrativas historiográficas demonstradas em quadros. Estes são constituídos do nome da estudante, logo à frente as datas de início e término da graduação na EEUFBA, seguidos de uma breve apresentação da história de vida de cada estudante até a entrada na EEUFBA e, então, as histórias de resistência.

Apenas Maria de Lourdes Ferreira não concluiu o curso de graduação em Enfermagem, por decisão tomada em conformidade com o AI-5.

Quadro 1 — Resumo da biografia progressa de Edelita Coelho de Araújo.

5.1 Edelita Coelho de Araújo (Graduação na EEUFBA: 1961 - 1964)

- Nascida na cidade de Juazeiro da Bahia em família de classe média. Caçula de quatro mulheres. Filha de mãe dona de casa, descrita como humilde e com personalidade, vida muito sofrida; pai jornalista com apenas o curso primário e dono do jornal “O Eco”, descrito como inteligente e muito corajoso, politicamente defendia ser integralista e nacionalista.
- De formação católica. Unia música e religiosidade durante a primeira juventude. Foi estudante do Instituto Feminino da Bahia, escola da elite baiana.
- Foi estudante do Colégio da Bahia, o Central. Coursou 2 anos no Instituto Normal da Bahia (ICEIA) formando-se. Trabalhou como professora do ensino fundamental.

- Inicia sua vida universitária cursando Nutrição na UFBA, quando começa a frequentar as reuniões do Diretório Central dos Estudantes (DCE).
- Abandona o curso de Nutrição e ingressa na EEUFBA em 1961.

Elaboração: o autor.

A entrevista de Edelita Coelho de Araújo foi realizada na sala de sua residência, no dia 3 de novembro de 2017.

Quando entra para a EEUFBA, essa ainda é também uma Residência Universitária que acolhia exclusivamente mulheres estudantes de enfermagem. Edelita ingressa na condição de residente. Nesse momento ela já participava das reuniões da União dos Estudantes da Bahia (UEB) e do Diretório Central dos Estudantes (DCE), agenda inserida na sua vida estudantil desde quando cursava Nutrição. Também participava de atividades junto à Ação Popular (AP). Precisou fazer uma solicitação, enquanto residente, à então diretora da Escola de Enfermagem, Nilza Garcia, para chegar depois das 21 horas e assim poder acompanhar todas as reuniões.

Uma das razões pela qual Edelita migra para o Curso de Enfermagem pode ter sido, justamente, a condição de interna que a EEUFBA oferecia. Podendo estar fora de casa em horários que dificilmente seriam tolerados no ambiente familiar, poderia, assim, cumprir as tarefas da militância.

Logo compôs a chapa para o Diretório Acadêmico (DA) que seria vencedora, ocupando aquele espaço de organização estudantil.

Edelita reconhece em entrevista suas qualidades de líder. À frente de ações junto ao ME dentro dos muros da UFBA, atuou a favor da reforma universitária. E junto à Ação Popular, dissidência da Juventude Universitária Católica (JUC), se organizava para além dos muros da UFBA em resistência à Ditadura.

Nas reuniões de AP discutia-se as formas de lutar por um novo governo, desta vez socialista. Relembra as atividades junto ao Movimento Popular da Cultura (MPC), como cantora da Balada do Subdesenvolvido (ANEXO 1).

Sendo de formação católica, Edelita acompanha as transformações da Igreja Católica e constrói a sua militância numa dupla resistência: à Igreja Católica ortodoxa e à Ditadura civil-militar brasileira. Estava verdadeiramente comprometida com esse movimento.

Quando namorou com um jovem militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), com quem todos os dias tomava aulas sobre a obra de Marx e Lênin, com ênfase em táticas e estratégias de ação política, Edelita confirma seu comprometimento com a AP. O relato é de

que ele tinha sido destacado para aproximar-se dela com a função de torná-la militante do PCB. O jovem namorado desaparece quando ela se nega a integrar o PCB e confirma sua permanência na Ação Popular. O interesse por ela é condizente com a sua identidade de ação política de liderança, com a sua capacidade de organizar pessoas.

No Congresso Brasileiro de Enfermagem (promovido pela Associação Brasileira de Enfermagem) no Ceará, em 1963, as estudantes constituíram um verdadeiro “muro das lamentações”. As estudantes tinham reclamação a fazer a respeito do “clima” nas escolas de enfermagem de várias partes do país. É desse sentimento de insatisfação, e ao mesmo tempo de coesão empática, que Edelita e outras companheiras (como as baianas Stella Maria Pereira Fernandes de Barros e Therezinha Araújo) compreendem a demanda histórica por uma unidade nacional entre as estudantes de enfermagem. Com esse objetivo será criada a União Nacional das Estudantes de Enfermagem (UNEEn) ainda no mesmo ano (1963).

Existiam várias executivas ligadas à UNE, mas não existia uma que representasse as estudantes de enfermagem do Brasil. A primeira atividade surgida dessa coesão foi o primeiro Congresso Brasileiro das Estudantes de Enfermagem, na cidade de Salvador.

O Congresso Brasileiro das Estudantes de Enfermagem em Salvador aconteceu sob pressão. Muitas estudantes já não conseguiram embarcar e vir para Salvador participar do evento. Mas as estudantes disseram, “com militar ou sem militar, nós vamos fazer o Congresso.” No Congresso, estudantes de sete estados assistiram palestras de dona Ivete Ribeiro de Oliveira, então diretora da EEUFBA, que deu apoio ao encontro sem saber exatamente da sua finalidade política. Foi criada, então, a União Nacional das Estudantes de Enfermagem (que viria a se tornar mais tarde o que hoje é a Executiva Nacional dos Estudantes de Enfermagem/ENEEnf), ligada à União Nacional dos Estudantes (UNE) e tendo Edelita como primeira presidenta da entidade, tendo uma vice-presidente paulista e outras representações de estudantes de enfermagem de diferentes estados integrando a articulação.

A partir de 1º de abril de 1964 o espírito do tempo começa a mudar para o Movimento Estudantil, tanto quanto para o conjunto organizado dos trabalhadores, movimentos sociais, artistas e intelectuais.

O presidente da UEB foi levado por policiais e a notícia dava conta de que ele teria sido pego com uma lista que não teria conseguido destruir com nome de pessoas do movimento estudantil, entre eles o de Edelita. “Quando me disseram, naquele momento, o chão se abriu sob os meus pés.” E carros do Exército circulavam todas as noites na frente da EEUFBA. Segundo Edelita, ela não foi presa graças a intervenções (não declaradas na entrevista) de dona Ivete Ribeiro de Oliveira.

Uma vez um civil conhecido, que teria transtorno bipolar, foi à EEUFBA para dar voz de prisão a Edelita. Foi barrado na entrada por dona Ivete Ribeiro de Oliveira, que alegava não ter aquele senhor qualquer autoridade para aquele tipo de ação.

Com a Ditadura em ação, o medo impera. A comunicação entre estudantes colegas da área da saúde se dava de forma mimetizada: como se estivessem discutindo um prontuário, perguntava-se sobre companheiros.

O medo permanente de transitar pela rua e ser presa era parte do cotidiano de Edelita. Sempre que via carros do Exército temia as próximas horas. Um dia, quando tinha saído, foi informada que havia carros do Exército à sua procura na Escola. Chegando, militares a esperavam. Ouviu de dona Ivete Oliveira: “Olha aí. Eu não disse que ela não tinha fugido?” Foi levada em um Jeep ao quartel militar na Mouraria com mais duas colegas para um interrogatório individual; só depois chega dona Ivete Oliveira. Antes de entrar no Jeep, Edelita avista um companheiro da AP que estava passando por perto. Sua atitude foi de disfarçar o olhar sem sequer cumprimentá-lo, impedindo que fosse identificado como mais um alvo da repressão.

Edelita foi informada na “entrevista” ao Exército sobre ter muitas inimigas, já que haviam chegado muitas denúncias contra ela. Esta era uma constante neste momento histórico: entregar os desafetos em denúncia como comunistas ao Exército. No interrogatório, negou envolvimento político e atividades panfletárias, das quais foi acusada. Em entrevista, num dado momento, justifica sua falta de memória com relação a nomes de companheiras(os), “eu mesma me treinei, me preparei, pra ser interrogada e não dizer o nome de ninguém. Por isso eu esqueci o nome de muita gente.”

Uma colega da EEUFBA tinha um relacionamento com um oficial e este mandou um recado informal, alertando que Edelita não deveria enfrentar os militares. Ele disse, “não vá fazer igual a Loreta,” em referência a Loreta Valadares, membro do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), presa e torturada brutalmente por militares à essa época.

O comportamento em geral das outras estudantes de enfermagem era de responsabilizar as estudantes engajadas politicamente. Diziam: “eu não disse...” “tá vendo aí,” como se as colegas como Edelita tivessem de fato realizado alguma atividade ilícita ou moralmente reprovável.

Na Escola de Enfermagem, dona Ivete Oliveira impôs a regra de que nenhuma estudante da turma de 1964 deveria atender telefonemas. Também foram tomadas medidas para que elas ficassem mais restritas ao ambiente da Residência da EEUFBA. Edelita afirma

que Dona Ivete Oliveira não queria ver mais estudantes envolvidas com o que considerava escândalos.

Edelita Araújo forma-se no final de 1964. Neste momento, todas(os) as(os) companheiras(os) conhecidos da AP estão presas(os).

Quadro 2 — Resumo da biografia pregressa de Maria de Lourdes Ferreira.

5.2 Maria de Lourdes Ferreira (Passagem pela EEUFBA: 1967 - 1968)

- Sergipana, nascida em 1947. Morava em Aracaju, pai semianalfabeto.
- Muda-se para Salvador em 1966.
- Ingressa na EEUFBA em 1967.

Elaboração: o autor.

A entrevista de Maria de Lourdes Ferreira foi realizada na sala do Grupo de Pesquisa GERIR, na Escola de Enfermagem da UFBA, em abril de 2017.

Maria de Lourdes Ferreira torna-se presidenta do DA da Escola de Enfermagem em 1968. Sua atuação está inserida no contexto de lutas estudantis contra o que seria uma lei orgânica que transformaria todo o ensino público em particular. Nesse momento a UNE e a UEB já eram entidades clandestinas, consideradas subversivas, assim como os partidos políticos fora do eixo MDB-Arena.

Do restaurante da EEUFBA se obtinha, muitas vezes, a comida para alimentar militantes do movimento estudantil da UFBA. E a diretora, Dona Ivete Ribeiro de Oliveira, tinha conhecimento desse movimento.

Maria de Lourdes e outras estudantes mulheres foram destacadas pela organização do movimento estudantil da UFBA para a tarefa de viajar até Fortaleza para tentar impedir uma passeata, porque sabiam que o grupo não estava politicamente preparado para enfrentar a truculência do Exército, naquele momento. Era mais fácil para mulheres transitarem pelo país em viagens de natureza política. Não conseguiram o resultado almejado em Fortaleza e a passeata aconteceu. Elas já tinham vindo embora quando receberam notícias de que a repressão havia sido sangrenta.

Nesse momento histórico existia também a figura dos delatores, os chamados “dedos duros”, que entregavam pessoas para as autoridades, faziam denúncias. Segundo a entrevistada, bastava que dissessem que estava com um livro de Jorge Amado (livros do autor eram considerados subversivos), e prepostos da Ditadura iam bater na sua casa.

Em 1968 começou a se organizar o 30º Congresso da UNE, clandestino, no município de Ibiúna, interior do estado de São Paulo. Foi realizada uma eleição para confirmar quem seria a representação do DA de Enfermagem da UFBA no Congresso da UNE. A vice-presidenta do DA foi eleita, pensando-se que a presidenta precisaria ficar para acompanhar os acontecimentos locais. Mas, aquela alega não poder viajar por conta da família, então fica definida a ida de Maria de Lourdes como representante do DA.

Maria de Lourdes mantinha uma relação de diálogo com Dona Ivete Ribeiro de Oliveira desde o processo para ingressar na Residência da EEUFBA. Quando falou com ela sobre a viagem para Ibiúna, Dona Ivete preparou um documento informando que a estudante participaria de um seminário em São Paulo, justificando que: “Caso você seja presa, abordada, você tem esse documento que justifique a sua viagem.”

A viagem aconteceu num automóvel fusca, junto com outros colegas baianos. Primeiro foram para a cidade de São Paulo, para poder obter maiores informações sobre o Congresso e o endereço correto. São Paulo já estava “verde” de militares, segundo Maria de Lourdes. Quem via pensava, naquele momento, que a qualquer instante poderia ser deflagrado o Estado de Sítio.

Chegando em Ibiúna, a locação do Congresso era em um sítio, um local muito frio. Nas grandes reuniões que eram realizadas havia concordância de serem todos contra a Ditadura e em defesa da universidade pública. Mas, existiam discordâncias em relação às táticas de lutas do ME.

Muito já tinha sido discutido, discordado e alinhado quando os militares chegaram e cercaram o local do 30º Congresso. Foi por volta de cinco para seis horas da manhã quando começaram os “estampidos”. Quando Maria de Lourdes olha, vê fumaça, diz: “olha, não é São João e aquela fumaça é de tiro. Vieram pegar a gente”. Começaram a gritar: “mãos para o alto! Mãos para o alto! Se rendam!” Numa área baixa do terreno do sítio começaram a separar homens e mulheres. As pessoas não podiam falar. “Você só podia imaginar que ia morrer ali mesmo.” A ordem era para caminhar. Separaram os líderes. Blocos de mulheres e homens, separadamente, caminhavam para os caminhões onde foram levadas(os) presas(os).

Maria de Lourdes foi presa na ala feminina do presídio Tiradentes, na cidade de São Paulo, onde passou oito dias, acompanhada de outras estudantes. Incomunicáveis, alojadas numa cela pequena, no chão, sem colchonete ou qualquer insumo que proporcionasse conforto básico, estavam várias outras mulheres. Todas faziam suas necessidades fisiológicas em um buraco no chão.

No primeiro dia de prisão as mulheres receberam para comer sopas servidas em latas de leite em pó. Quando uma estudante questionou sobre a existência de colher, um militar respondeu: “use a carteira de identidade.”

Um grupo de mães acampou na porta do presídio, fazendo campanha de agasalhos e comidas para as estudantes em cárcere. As freiras, únicas autorizadas a entrar, levavam a comida.

Em um dos dias, sofrendo de cólica renal, uma dessas mulheres prisioneiras ficou deitada em um banco de cimento na lateral da parede. “Essa menina se estrebuchava de dor e não faziam nada. Ela aguentou o que pode lá.”

Depois de oito dias, comunicaram o transporte dos estudantes para a Bahia. Os dois ônibus eram seguidos pela imprensa pronta para registrar o que fosse feito. O transporte que trazia Maria de Lourdes se dirige para a Vila Militar de Dendezeiros, em Salvador. Dona Ivete Ribeiro de Oliveira fica sabendo dessa chegada e manda o motorista da EEUFBA buscá-la no mesmo dia com uma mochila de roupa limpa e comida.

Maria de Lourdes nunca respondeu a inquérito ou foi processada formalmente. Conseguiu fazer as provas e concluiu o semestre letivo. Refere ter sido apoiada por algumas das colegas e evitada por outras. Chegou a discutir com professoras e lembra que algumas delas saíam da sala de aula quando ela entrava. No ano letivo seguinte é impedida de se matricular no curso em decorrência do Ato Institucional No 5.

Cerca de dois anos depois faz novo vestibular e ingressa no Curso de Farmácia na UFBA, formando-se.

Maria de Lourdes é citada no Relatório Final da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA (ANEXO 2).

Quadro 3 — Resumo da biografia pregressa de Alziêmia Souza de Paula.

5.3 Alziêmia Souza de Paula (Graduação na EEUFBA: 1974 - 1979)

- Nascida em Juazeiro em 1955. Primeira filha de onze filhos do casamento de seus pais cearenses (seu pai já tinha outros 4 filhos de um outro casamento).
- Pai negro, analfabeto, muito pobre. Seus filhos o consideravam um sábio pela inteligência de vida: fazia contas “mais rápido que as máquinas de calcular”. Trabalhou como caminhoneiro, dono de bar, fez negócios com revenda de carros e conseguiu ascender financeiramente para um status de vida confortável. Mãe dona de casa, branca, família portuguesa de classe média, cursou até o 5º ano do antigo curso primário.

- Chegou em Salvador em 1971. Vivendo em Salvador foi a teatros, ao cinema e a luaus na Lagoa do Abaeté.
- Iniciou estudos no Colégio Marista, mas protestou junto a família; não queria estudar em colégio de padres e freiras. Foi enviada com recomendações ao Colégio 2 de Julho.
- Seu namorado à época tinha um irmão militante político que atuava na clandestinidade. Ele desaparece em 1974, e surge a notícia de que tinha sido preso, sem que se soubesse onde nem como. Meses depois identificam que ele estava preso no Corpo de Bombeiros em Recife, Pernambuco.
- Ingressa na EEUFBA em março de 1974.

Elaboração: o autor.

A entrevista de Alziêmia Souza de Paula foi realizada na sala do Grupo de Pesquisa GERIR, na Escola de Enfermagem da UFBA, no dia 9 de novembro de 2017.

Desde 1974, quando acompanhou a experiência do irmão de seu namorado que havia sido encarcerado pela Ditadura, Alziêmia começa a frequentar presídios masculinos para acompanhar o estado dos presos políticos e participar de lutas pela melhoria das condições da vida diária destes prisioneiros.

Alziêmia de Paula foi presidenta da Comissão de Saúde do Comitê Feminino pela Anistia na Bahia. Como era estudante de enfermagem, foi incumbida da função de averiguar como a Ditadura devolvia filhos às famílias. “Gente descompensado, gente surtado, com lesão cerebral. Saídas da tortura, babando.” Participava do dia a dia dos presos, via o que poderia fazer para minimizar o sofrimento deles. Esteve em presídios por todo o Brasil. Apoiou a organização de greves de fome feitas pelos presos políticos, como forma de chamar a atenção da mídia e de denunciar a situação nos presídios e a tortura. Sua participação no movimento acontecia em paralelo ao curso da graduação.

No início do curso de Enfermagem, ao frequentar disciplinas curriculares em Institutos da UFBA, ainda sem nunca ter adentrado o prédio da EEUFBA, que conhecia de se “ouvir falar”, conheceu um estudante de enfermagem vinculado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Ele já havia repassado sua leitura política sobre o cotidiano da EEUFBA quando Alziêmia chega ao prédio pela primeira vez: o caráter autocrático da Escola e a sua concordância com a Ditadura. Este colega e amigo a instrui sobre o que seria o Diretório Central dos Estudantes e o Diretório Acadêmico de Enfermagem. Em 1975 Alziêmia já participava dos movimentos de Assembleia Geral Permanente (dado que não se usava o nome

greve, devido a medidas de repressão e das leis vigentes) dos estudantes de medicina da UFBA.

Das conversas e das experiências políticas começa a compor um grupo de estudantes para formar uma chapa para o DA e concorrer às eleições, até então sempre controlada pela direção da EEUFBA. Achavam que aquelas estudantes não estavam compromissadas com a necessidade de pautar os temas importante ao momento político dentro da Escola. Fizeram o trabalho de base, um grupo foi constituído, disputaram as eleições, ganharam, ocupando aquele espaço de aglutinação estudantil. A entrevista de Cristina Maria Meira de Melo apresenta maiores detalhes sobre esse movimento, sendo descrito adiante.

As tarefas do Diretório Acadêmico passaram a ser de embate direto com os problemas internos à EEUFBA, mas com uma abordagem que deixasse implícita o caráter contrário à Ditadura da ação política. Não poderia ser de outra forma, porque as estudantes que compunham o DA tinham medo de serem relacionadas à luta contra a Ditadura e sofrerem represálias por isso. As professoras corriqueiramente abordavam o tema das prisões de estudantes em sala de aula, num tom de ameaça.

Apesar de ter participado em dois mandatos compondo a diretoria do DA ou no seu apoio, Alziêmia nunca foi presidenta dele. Imaginava que o fato de estar vinculada às lutas do Comitê Brasileiro pela Anistia poderia prejudicar o andamento das tarefas do Diretório, caso ela assumisse um papel de destaque. Havia ainda a preocupação em formar quadros para dar continuidade à luta na Escola.

Segundo Alziêmia, ações institucionais da EEUFBA tinham paralelos com a Ditadura. As ações contra as estudantes eram muito perversas, e algumas professoras tinham um comportamento considerado fascista. Por vezes ouviu de suas colegas que as professoras diziam para não andar com ela por ser comunista. “Comunista rica”, que o pai poderia tirar da cadeia se fosse presa, diferente dessas colegas pobres que eram aconselhadas a se afastar de tal companhia.

O uniforme padrão estabelecido para os estágios das estudantes era militarizado. Alziêmia fazia o possível para subverter as normas no próprio uniforme. Por vezes foi repreendida e impedida de frequentar os estágios obrigatórios por não se enquadrar no padrão do uniforme e resistia. Em várias oportunidades, a diretora da Escola à época ameaçou aplicar o Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, que previa a punição de professores, alunos e funcionários de universidades considerados “subversivos”. Alziêmia fazia cartazes e colava nas paredes da Escola: “diretora da Escola de Enfermagem ameaça aplicar o 477”. E era proibido colar cartazes na Escola.

Conclui a graduação em dezembro de 1979.

Quadro 4 — Resumo da biografia pgressa de Cristina Maria Meira de Melo.

5.4 Cristina Maria Meira de Melo (Graduação na EEUFBA: 1975 - 1978)

- Nascida em 1956 na cidade baiana de Jequié, onde viveu até aos 15 anos de idade. Terceira filha de cinco irmãos.
- Família de classe média. Pai formado em curso técnico de Contabilidade tendo trabalhado com diferentes ocupações durante a vida. Mãe, que a princípio é dona de casa, se forma professora do ensino fundamental e posteriormente se gradua numa licenciatura em Pedagogia, trabalhando fora de casa por toda a vida.
- Sempre teve acesso à boa música, as discussões dos amigos dos pais e à “estante”, um móvel para livros de toda a natureza, jornais, revistas, gibis.
- Tímida. Amava ler e dormir. Antes de entrar na adolescência já havia lido obras de Fiódor Dostoiévski, Liev Tolstói e Charles Dickens.
- Estudou no Ginásio de Jequié e no Instituto de Educação Régis Pacheco, em sua cidade natal.
- A família se muda para Salvador em dezembro 1971, quando seu pai consegue um emprego na indústria Titânios do Brasil. Passa a frequentar as atividades culturais que existiam na cidade. Frequentava e apoiava o Centro Universitário de Cultura e Arte, o CUCA, mesmo antes de ingressar na UFBA. Torna-se sócia do Clube de Cinema da Bahia. Frequentava o Teatro Vila Velha e shows.
- Em 1972 começa a estudar no Colégio da Bahia (Colégio Central).
- Mesmo antes de ingressar na UFBA apoia ações políticas do PCdoB, dado que amigos que eram universitários já atuavam no ME.
- Ingressa na EEUFBA em 1975.

Elaboração: o autor.

A entrevista de Cristina Maria Meira de Melo foi realizada em dois momentos. O primeiro na sala de reunião do Colegiado de Graduação em Enfermagem, na Escola de Enfermagem da UFBA, no dia 9 de agosto de 2017; e o seguinte no mesmo lugar, no dia 30 de agosto de 2017.

No mesmo ano em que entra para a EEUFBA, 1975, Cristina Melo participa da criação de um grupo de teatro amador, cujo objetivo era a ação política. Muitas reuniões,

muito estudo, obra dos dramaturgos brasileiros, principalmente Augusto Boal e o seu Teatro do Oprimido, também Brecht. É nas atividades relacionadas ao teatro que passa a conhecer pessoas na Escola de Teatro, no Teatro Vila Velha, no Instituto dos Arquitetos (IAB), no Instituto Goethe, que acolhia as pessoas de pensamento alternativo e onde aconteceriam, mais tarde, em 1976, muitas reuniões do Trabalho Conjunto da Cidade de Salvador, que reunia “da igreja ao desbunde” e os partidos clandestinos para pensar a cidade, propor e demandar ações do interventor, prefeito “biônico”, dado que a Ditadura não permitia a eleição de prefeitos nas capitais do país. Em cada lugar e movimento, somavam-se camaradas.

Ainda em 1975 é deflagrada uma greve geral na UFBA relacionada ao Decreto-Lei nº 477, de 26 de fevereiro de 1969, que previa a punição de professores, alunos e funcionários de universidade considerados “subversivos”, como já informado. Dois fatos políticos acontecidos nesse momento histórico são marcantes na memória de Cristina a respeito da truculência do regime e do poder dos militares: uma passeata grevista das(os) estudantes que saiu da rua João das Botas e teve condições de chegar apenas até a avenida Joana Angélica, onde começou a ser violentamente reprimida; e a assembleia geral dos estudantes da UFBA nas escadarias da Escola Politécnica, que seria exemplo para o restante do país na reorganização da luta estudantil.

Cristina Melo acompanhava a passeata em uma manifestação pacífica. O ME colocava bandeiras “contra o jubileamento”, mas as lutas eram gerais, assumindo como bandeiras “Pelas liberdades democráticas”, “Pela Assembleia Nacional Constituinte Livre e Soberana”, “O povo, unido, jamais será vencido” e “Abaixo a Ditadura.” As(os) manifestantes já estavam na avenida Joana Angélica, perto da entrada do bairro do Tororó, quando a polícia começou a “bater de sola” e lançavam bombas de gás lacrimogênio, com repressão violenta. Muita gente foi presa no dia. Nesse momento, Cristina correu para sair da área crítica com um companheiro e conseguiu entrar rapidamente num prédio em que o porteiro viu e avisou: “eu vou dizer que vocês estão aqui.” Desceram pela garagem. Buscavam por água, para amenizar os olhos que ardiam atingidos pelo gás.

Poucos dias depois disso o DCE convoca, com a UEB, uma assembleia nas escadarias da Escola Politécnica da UFBA. Os jornais traziam, “os estudantes fazendo baderna [...]” e a mãe de Cristina dizia que ela não deveria ir.

Era por volta de dois mil estudantes reunidos enquanto tentava-se discutir uma mediação de como encerrar a greve em meio a tanta truculência, mas sem desmoralizar o movimento. Em determinado momento, alguém do esquema de segurança da assembleia avisa que o secretário da Segurança Pública, Coronel Luiz Arthur, com seus homens, já havia

cercado o bairro da Federação. Tudo cercado. Diziam que os militares haviam trazido cães pastor-alemão. “Quando dizia ‘tem cão pastor’ acabava de matar a criatura, porque o maior medo era os cães. Ninguém tinha medo de levar um tiro como tinha de ser pego por um cão”. Mandaram todos os estudantes se sentarem no chão e todos se sentaram. A escadaria e a rua cheia de jovens sentados. Começam a chegar os carros com militares, cães pastor-alemão, armas pesadas, a tropa de choque fazendo o cerco. O Coronel Luiz Arthur anunciou um prazo de minutos para que as lideranças fossem entregues e a greve, ali mesmo, fosse encerrada. O Coronel anunciou para que entregassem as lideranças e que selecionariam quem poderia sair. As(os) estudantes, não aceitando a decisão de que não estariam todas(os) livres, não aceitam a ordem. Mas ouvem o ultimato do outro lado: “você quer sangue? Pois vão ter. Podem esperar.”

Nesse meio-tempo alguém já tinha feito contatos e chegam ao local os deputados progressistas para negociar com o Coronel Luiz Arthur. A imposição proposta como acordo era acabar a greve ali mesmo, e que “tão cedo” não fosse convocada uma nova. Algumas lideranças trocavam de roupa, para não serem reconhecidas, outras, mais destacadas, saíam com os deputados do MDB.

Pode ter sido nessa assembleia o momento em que Cristina conhece o colega de enfermagem membro do PCdoB e Alziêmia. Em entrevista lembra de ter conhecido os dois juntos. Lembra que a então diretora da EEUFBA, várias vezes ofereceu ao colega vaga na Faculdade de Medicina. Esta era uma prática comum da então diretora, em relação aos estudantes do sexo masculino, considerados inadequados para frequentar o curso de Enfermagem. Alziêmia era “a comunista”, a quem as pessoas da Escola execravam e ninguém chegava perto. Viria a conhecê-la melhor quando as aulas passam a acontecer no prédio de EEUFBA, em 1976.

Cristina passa a frequentar o prédio da Escola em 1976. É nesse momento que se afirma a amizade com o colega militante e com Alziêmia. Conhece também Maria Luísa de Castro Almeida, e eles já apresentam a perspectiva de composição de chapa do DA para confrontar nas eleições a chapa apoiada pela diretoria da Escola. Sugerem que Cristina poderia encabeçar a chapa. Acontece que Cristina nunca quis ser dirigente, porque isso poderia tirar a possibilidade de ser ela mesma. Naquele momento Maria Luísa de Castro Almeida assume a tarefa de encabeçar a chapa para o DA.

Cristina dedicava-se ao teatro e fazia a militância política de outra ordem. Era considerada artista pelas colegas mais próximas da EEUFBA. Para mobilizar as estudantes quanto à chapa do DA, que derrotaria a chapa da situação, foi criada uma camiseta branca

com uma jovem usando uma mordaca na boca e escrito “Silêncio!”. A camiseta era um panfleto. Fez estardalhaço na Escola, a diretora abordou componentes da chapa a respeito do significado daquela imagem. Depois da repercussão, fizeram a segunda camiseta com a mordaca caída e a bonequinha gritando “Socorro!”

Duas chapas concorrem e as estudantes consideradas “comunistas” ganham as eleições, com Maria Luísa de Castro Almeida como presidenta. Não sem trabalho. Elas vão de sala em sala, abordando individualmente cada estudante, principalmente o colega militante, porque conhecia todas pelo nome. Alziêmia foi destacada para outras tarefas porque era considerada muito passional ao fazer trabalho de base e acabava se irritando, vez e outra, com o grau de alienação de várias colegas.

Aliás, sobre Alziêmia, “a comunista”, Cristina conta como ela era constrangida, assediada moralmente, punida, tinha rebaixadas as notas, porque ela era rebelde, desrespeitava as regras vigentes, segundo a lógica das professoras. Também pelas colegas Alziêmia continuava sendo uma pessoa perseguida. Ninguém se aproximava. A maioria das colegas não a cumprimentava. Era tratada “como uma pária”. As pessoas que andavam com Alziêmia eram Cristina, Maria Luísa de Castro Almeida, o colega militante. Depois Maria Aladilce de Souza, que ingressa no curso na turma de 1976.

Cristina participou da gestão do DA quando Maria Luísa de Castro Almeida o presidiu. Apoiava atividades clandestinas do Partido Comunista do Brasil, por ter amigos que eram militantes neste Partido. Nunca foi, durante a vida estudantil, militante na clandestinidade em nenhum partido, mas era o que se considerava na época “uma simpatizante”.

Com o tempo, o número de pessoas interessadas nas atividades do DA cresce, mas quem estava chegando ainda era inexperiente. Então, depois da gestão conduzida por Maria Luísa de Castro Almeida, Cristina não teve como negar a tarefa de encabeçar a nova chapa para a gestão do DA. Preside a gestão “Construção.” E no dia da posse, Cristina convida um grupo de teatro da Escola de Economia para fazer uma performance na cerimônia. Um toque cultural na posse em que “a artista” fica presidindo o Diretório. Continuava fazendo teatro concomitantemente e com o mesmo empenho.

Conclui a graduação em dezembro de 1978.

Quadro 5 — Resumo da biografia pregressa de Cristina Campos dos Santos.

5.5 Cristina Campos dos Santos (Graduação na EEUFBA: 1981 - 1985)

- Nascida em 1961, na cidade baiana de Alagoinhas, no bairro da Estação do Trem, onde morou até os 9 anos de idade, quando muda para Salvador. Quarta

filha de seis irmãos.

- Pai trabalhador na Petrobras, exercia a função de motorista. Mãe dona de casa, uma das poucas mulheres que dirigia automóvel na cidade. Seus pais não chegaram a concluir o segundo grau, mas prezavam a educação dos filhos.
- Ouvia o pai falar muito sobre a questão sindical dentro da Petrobrás. Os filhos eram sempre estimulados a ler. Homens e mulheres da família executavam as tarefas domésticas, ainda que tivessem empregada doméstica.
- Parte da vida estudantil acontece em escola pública, parte no ensino privado. Em Salvador ela se torna estudante do Colégio Sacramentinas, que incluía uma habilitação na área da saúde.
- Ingressa na EEUFBA em 1981.

Elaboração: o autor.

A entrevista com Cristina Campos dos Santos foi realizada na sala do Grupo de Pesquisa GERIR, na Escola de Enfermagem da UFBA, no dia 19 de julho de 2017.

Assim que entra na EEUFBA Cristina Campos dos Santos faz amizade com as pessoas do Diretório Acadêmico, cuja presidência à época era de Jussara Carneiro e que já realizava a semana das calouras. Passa a estreitar os laços com essa turma, conversas, discussões. Começou a aprofundar o conhecimento sobre questões ideológicas e partidárias. Começava dentro do ME a ampliar o seu universo para além das três disciplinas que cursava.

As pessoas do DA continuavam a não ser “bem vistas” por algumas professoras, como se lutar pelos direitos dentro da Escola fosse “pecado”. Escutava das professoras o discurso de que quem se metia com o Movimento Estudantil negligenciava os estudos. Não concordava com nada disso.

No ME universitário começou a se aproximar da tendência que o grupo do DA militava, “Viração”, influenciada pelo PCdoB. Frequentava grupos de estudos, debates, seminários, aulas de organização de atividades, cuidados, táticas e estratégias, como avançar em espaços, conquistas e alianças, discutia-se guerrilha, a importância da guerrilha do Araguaia, militância de panfletagem. Os estudos eram todos escondidos já que ainda não estava legalizado o PCdoB. Cada um tinha a sua cota de venda do jornal “A Classe Operária.” Foi aprendendo a estudar, a compreender o contexto social, a se reportar conforme as leituras que fazia. Se identificava com aquilo que se aproximava, trazendo a própria história familiar com pai sindicalista. Dentro de casa ouvia para tomar cuidado, mas não para que não participasse.

As lutas estudantis nesse momento estavam voltadas para a defesa da autonomia universitária, que as(os) estudantes tivessem voto na escolha da lista tríplice para reitor, para as diretorias das unidades de ensino, lutas nacionais como pelas Diretas já, movimento político que reivindicava eleições diretas para a presidência da República, e no trabalho que já se articulava pela Assembleia Nacional Constituinte.

Como componente do DA, participa da chapa para novas eleições, e vencem. Antes de tomar posse como presidenta, iria cursar o quarto semestre do curso, foi convocada pela coordenadora da disciplina Fundamentos de Enfermagem para conversar. Foi advertida que deveria refletir se iria mesmo tomar posse como presidenta do DA, porque ela era muito boa aluna e que “poderia se desvirtuar”. A professora pediu que ela mudasse de ideia. Cristina Santos esperou que ela terminasse de falar para lhe dizer que não iria fazer isso, que tinha participado de uma boa campanha eleitoral, e que sua chapa tinha sido eleita com o voto da comunidade estudantil da EEUFBA. Que estava muito feliz com a vitória e que jamais poderia mentir para as colegas ou renunciar àquele cargo para o qual tinha sido eleita. Ouviu dessa professora que, então, “deveria arcar com as consequências.” Cristina seguiu no DA e ainda participou da direção do DCE.

No DCE esteve entre 1983 e 1984 como diretora de Comunicação. Tinha atividades junto ao Diretório Acadêmico, junto ao Diretório Central dos Estudantes, junto à União Nacional do Estudantes, ao PCdoB e se organizava para isso e para ainda ser uma aluna com boas notas.

Uma das lutas do ME bem como demais setores da comunidade universitária era a de fazer as escolhas dos seus representantes de modo livre, pois à época as regras eram definidas pelo Ministério da Educação. Um inimigo da luta estudantil naquele momento era justamente o reitorado de Rogério Vargens, aliado da Ditadura, um péssimo período para a UFBA, conforme a entrevistada.

Houve o episódio em que um grupo de estudantes entrou no Hospital Professor Edgard Santos (Hospital das Clínicas) dizendo que não saíam até que a pauta de reivindicações fosse atendida. Policiais ordenados pelo governador Antônio Carlos Magalhães invadem o campus e jogam bomba dentro do Hospital. Um desespero dentro do Hospital para transportar os pacientes e para acalmá-los.

Cristina Santos conclui a graduação em 1985.

6 DISCUSSÃO

Edelita Araújo é uma estudante que vem de uma formação familiar católica e participa da vida da Igreja Católica em várias esferas, assim como a Igreja Católica participa de sua vida. Quando ingressa na EEUFBA ela participa de uma organização política nacional, vinculada à Igreja Católica, que passava com um processo de mudanças influenciadas ideologicamente pelo humanismo europeu, defendendo que

os cristãos deveriam voltar suas atividades no combate a miséria e a pobreza da população, diminuindo as desigualdades sociais, tendo essa visão de parte da Igreja ganhou força com a escolha de João XXIII, da ala progressista, para Papa em 1958, e com a vitória da Revolução Cubana (1959) (DIAS, 2010, p.9).

O trabalho conduzido pela AP adentrava as comunidades com o objetivo de alfabetizar a classe trabalhadora, na medida em que também politizava e fazia trabalho de base para o exercício da cidadania, esclarecendo a condição de exploração dos trabalhadores e da população em geral, para a transformação da realidade social. Esta forma de luta ganhou muita força com a posse de João Goulart em 1961, assim como outros movimentos sociais. A ação da AP ia de encontro ao pensamento dominante da Igreja Católica, que estava diametralmente afastado do compromisso com a transformação social através da transformação do que era estrutural (DIAS, 2010).

Então Edelita Araújo acompanha as transformações da Igreja Católica e constrói a sua militância numa dupla resistência: à Igreja Católica ortodoxa e à Ditadura civil-militar brasileira.

É perceptível a necessidade de massificação da luta nesse momento histórico, mas observadas a divisão das tendências políticas, apesar de estratégias comuns. Então o companheiro de Edelita está com ela construindo conhecimento a respeito do projeto comunista até o momento em que ela decide que não se incorporaria ao Partido Comunista Brasileiro.

Edelita, que sempre cantou, tinha lugar no coro na Balada do Subdesenvolvido (ANEXO 1). Na entrevista ela canta a sua estrofe de memória. Então, além de organizar estudantes de enfermagem de todo o Brasil e de participar na AP em Salvador, ela usa sua voz para fazer o combate à Ditadura. A própria utilização da Balada do Subdesenvolvido expressa o caráter da agitação e propaganda desempenhado pela Ação Popular, pela educação popular.

Organizar estudantes nacionalmente, reafirmando o movimento de estudantes de enfermagem como braço para UNE, nesse momento histórico, é fortalecê-la, é aumentar a robustez e a capilarização do movimento estudantil nas universidades. Edelita consegue articular lideranças nas Escolas de Enfermagem do Brasil inteiro para a conformação de uma Executiva Nacional das Estudantes de Enfermagem, ligada à UNE. Então, as estudantes de enfermagem que estavam dispersas nacionalmente, iniciam sua articulação às vésperas da Ditadura.

Promover um encontro nacional dessas estudantes no mesmo ano em que discutem essa ideia no Congresso Brasileiro de Enfermagem, decidir realizá-lo “com militar ou sem militar” demonstra o compromisso firmado com aquela ideia e a urgência daquela intenção. Era preciso fortalecer a UNE com urgência. O fato de o encontro ser em Salvador, e de Edelita ter sido eleita primeira presidenta da UNEEn (hoje ENEnf) deve demonstrar como ela encabeçou todo esse processo.

O golpe de 1964 produz a depreciação da figura do estudante junto com o medo do estudante, porque agora ele é alvo. O sentimento de vigilância era constante, já que chegavam muitas denúncias a respeito de Edelita. Como ela passava muito tempo na EEUFBA, não se poderia garantir que essas denúncias também não tinham sua origem onde era sua residência e escola.

As estratégias para não se entregar e entregar companheiras(os) de Ação Popular envolvia mentir, controle do olhar, da expressão corporal defronte dos militares e estratégias de apagamento da memória relacionada aos nomes, com eficácia comprovada pela própria falta de memória destes nomes pela entrevistada no momento da entrevista.

É possível interpretar que desde a primeira fase da Ditadura esta já carrega características persecutórias, violentas e discricionárias. As pessoas sentem medo e insegurança. Há um sentimento de vigilância e apoio da sociedade civil à Ditadura. O depoimento de Edelita indica que a primeira fase da Ditadura civil-militar no Brasil não foi branda.

Diferente de Edelita, Maria de Lourdes nem estava vinculada a uma organização política fora da EEUFBA, nem era exatamente uma líder. Mas desempenhou e cumpriu com um papel para o Movimento Estudantil de Salvador e Nacional, que exigia um comprometimento com a luta. Tanto para a organização da greve das estudantes de enfermagem, convidando os líderes da esquerda para falarem às estudantes de enfermagem, como para fazer interlocução interestadual a respeito de ações de rua.

Afinal, não faltou propaganda anticomunista para desestimulá-la nessas tarefas, os próprios relatos mostram como o corpo docente e discente da EEUFBA agia. Permanece a figura dos delatores/"dedos-duros" que denunciavam subversão até da leitura do ex-comunista baiano Jorge Amado. Então, também foi necessário coragem.

Ainda assim, era do Restaurante da EEUFBA de onde as estudantes apoiavam outros militantes estudantis com alimentos. Tal fato merece atenção para análises no futuro.

Segundo Edelita, a organização da mobilização estudantil em torno das deflagrações de greve estava a cargo da UEB, entidade que naquele momento era considerada clandestina, bem como a UNE. O apoio às organizações clandestinas de esquerda, consideradas subversivas ao Regime, é a adesão à resistência organizada à Ditadura.

Maria de Lourdes aponta o local onde seria a concentração central do ME, o Instituto de Física, informação que não deveria ser do conhecimento geral, mas de algumas(alguns) objetivamente envolvidos(as).

É interessante o fato das estudantes de enfermagem, odontologia e medicina serem responsáveis pelas primeiras greves na UFBA (SOUZA, 2013).

A ida ao Congresso de Ibiúna não explica qual a importância estratégica de Maria de Lourdes como interlocutora entre o centro do ME da UFBA e as estudantes de enfermagem, na medida em que a sua vice presidente é quem foi eleita para representar o DA no 30º Congresso da UNE e não ela, que era a presidenta. No entanto, viajar para São Paulo com outros estudantes para participar de um congresso nacional de uma organização clandestina, que organiza o levante estudantil contra a Ditadura, tendo percebido como estava a concentração de militares na capital e os rumores de decretação de estado de sítio, é um ato da resistência.

Alziêmia de Paula é quem esteve mais próxima dos resultados causados pela violência da Ditadura, quando presenciava a situação dos presos políticos e quando ela própria era assediada moralmente no interior da EEUFBA.

Antes mesmo de entrar para a EEUFBA, Alziêmia já fazia parte da resistência na tarefa de cuidar daqueles que tinham sido abatidos pela violência militar, que naquele momento era institucionalizada e incentivada enquanto método da repressão.

Os acontecimentos derivados da Ditadura começaram a mobilizar as pessoas que tinham suas(seus) amigas(os) e familiares vitimadas(os) pela Ditadura. Assim como Alziêmia, começaram no movimento de percorrer delegacias, tribunais e quartéis a

procura das pessoas que estavam desaparecidas e assim conheciam as histórias uns dos outros. Passaram a buscar o apoio da chamada ala progressista da Igreja Católica e de escritórios de advocacia. Começa a se desenhar um movimento de aglutinação em torno daquelas pessoas com compartilhavam experiências parecidas. Desse movimento surge o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), em 1975, e em 1978, já constituído de maior variedade de entes, o Comitê Brasileiro pela Anistia (1978) (DUCCINI, 2017).

As ações do grupo eram justamente na luta por direitos humanos, na luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, contra as perseguições políticas, as prisões políticas e a tortura, as leis repressivas, como a Lei de Segurança Nacional, e pelo desmantelamento dos órgãos e aparelhos de repressão, como o DOPS, conforme é descrito no acervo do Memorial da Anistia (MEMORIAL DA ANISTIA, 2020).

Alziêmia de Paula participou do dia a dia dos presos, e pode-se imaginar o quanto essa experiência significou para a jovem estudante. Sua inserção política demonstra uma afinidade de identidade, consciência. Alziêmia resistia à desumanização tirana da Ditadura e ao medo, que é o outro braço violento das ditaduras. Manter-se próxima às prisões sendo quem era, tendo que sempre estar sob olhos militares, resistindo à máquina do medo, não é uma atitude que qualquer pessoa pense em tomar. É preciso estar comprometida.

Na amizade com o colega militante, Alziêmia encontra uma pessoa com quem tinha afinidade de ideias. A amizade é uma grande forma de resistência na Ditadura, porque os tempos são de muita desconfiança. Um dos relatos frequentes no corpo de entrevistas que são objeto desse trabalho é da presença dos delatores, dos acusadores. Então, confiar em alguém parece ser uma tarefa difícil. No relato de Cristina Melo ela confirma que essa amizade com Alziêmia perdurou até a morte do ex-colega.

Mas essa amizade também tem uma natureza organizativa. Aquelas pessoas que detêm uma afinidade ideológica idealizam o que seria interessante politicamente para a EEUFBA, avaliando o comportamento politicamente apático das estudantes e, como descrevem MARX e ENGELS (2007) a respeito de quem faz história, passam a incidir na realidade, respectivamente convencendo e convidando estudantes da EEUFBA em torno de uma chapa para o Diretório Acadêmico como projeto político-ideológico.

A partir de agora as histórias de Alziêmia de Paula e Cristina Melo se envolvem e, junto com elas, de outras mulheres que também participam de duas gestões que foram estratégicas na história do Diretório Acadêmico da Escola de Enfermagem da UFBA.

O combate à Ditadura nesse momento estava marcado de forma implícita nas ações internas, compreendendo o ambiente da Escola à época como tocada pelos tentáculos da Ditadura, mas também não sendo uma bolha alheia ao tempo histórico.

Os relatos dão conta de um ambiente tóxico, tanto organicamente, sistemicamente, como nas relações entre professoras e estudantes. Ameaças, assédio moral, violência psicológica eram constantes, partindo principalmente de professoras e produzindo o isolamento das estudantes militantes pelas colegas.

Dentro da EEUFBA, ou antes, na assembleia geral dos estudantes em frente à Escola Politécnica, Alziêmia acabou conhecendo Cristina Melo, uma outra companheira que levaria dali para a vida, também personagem na história do Diretório Acadêmico.

Cristina Melo era “a artista”, como cita Alziêmia em sua entrevista. Tendo lido os clássicos da literatura mundial antes mesmo de chegar à adolescência, tendo mãe professora e com acesso as expressões da música, cinema, jornais, os amigos e grupo de convivência de Cristina são artistas de diferentes ambientes: da ala cultural do movimento estudantil, dos teatros da cidade, das organizações de trabalhadores, dos movimentos sociais e dos bares da rua Carlos Gomes. A ação política de Cristina que se constitui de vida estava atravessada por arte, a arte que faz resistência.

A arte é uma expressão política muito poderosa. Um grande sujeito histórico da resistência, Augusto Boal, demonstrou o caráter revolucionário do teatro do oprimido com a quebra da quarta parede já introduzida por Brecht, mas com adendo materialista da realidade concreta do sujeito, a supressão da divisão plateia-palco e a explanação da luta de classes (BOAL, 2010). O grupo de teatro (Grupo de Teatro Amador Amadeu) que Cristina ajuda a criar e constitui leu ambos os autores citados. Grupo revolucionário para o entendimento de arte à época e localizado no contexto da luta de classes, do lado da classe trabalhadora.

Também na arte estampada na camiseta-panfleto do DA, com a “enfermeira” amordaçada e a palavra-chave é “Silêncio!”, um padrão vigente durante muito tempo na EEUFBA e no Brasil. Depois, o grito. O panfleto apontava a realidade da situação das estudantes, mas propunha a transformação logo em seguida. As estudantes precisariam ter consciência de seu estado de alienação e da violência simbólica praticada naquele momento, dentro e fora da Escola, para que então pudessem se aproximar do DA, onde, organizadas, poderiam gritar.

O apoio às atividades do Partido Comunista do Brasil, ao qual era simpatizante é outro ponto importante. Era o Partido que tinha a história recente marcada pela

Guerrilha do Araguaia. Segundo CARVALHO (2004, p.539), nesse momento o PCdoB havia consolidado “sua hegemonia no movimento estudantil baiano, não só pela reorganização do DCE da UFBA, mas também pelo grande número de iniciativas culturais e artísticas.”

O Trabalho Conjunto da Cidade de Salvador surge, historicamente, na aglutinação dos setores da igreja que faziam o trabalho de base nas comunidades, com o Partido Comunista do Brasil que, derrotado pelo exército na Guerrilha do Araguaia, passa a adotar táticas de mobilização urbana na linha do ME e da organização de trabalhadores no chamado Convênio Cultural de Profissionais Liberais (CCPL), constituído na Semana do Urbanismo, promovida justamente pelo IAB e artistas. O Trabalho Conjunto tinha essa composição ampla e funcionava como uma espécie de “pronto-socorro comunitário”, principalmente pelas ameaças de desalojamento e que, em março de 1976, culminou em grande violência física empregada por parte dos militares na expulsão de moradores do Marotinho (ESPIÑEIRA, 2009).

Vencer as eleições como resultado de um trabalho de base dentro da EEEUFBA, ocupando aquele espaço de representação estudantil, é resistência à Ditadura e é capilarização da luta. Como demonstra a narrativa de Alziêmia, formar quadros para dar continuidade à luta na Escola era uma preocupação e na fase chamada de reabertura política que vai de 1980 a 1985 emerge a figura de Cristina Campos dos Santos.

Cristina Santos rapidamente se aproxima do Diretório Acadêmico e começa a se aproximar ideologicamente da tendência “Viração” do ME, ligada ao PCdoB, e à qual o DA de Enfermagem, nesse momento, estava próximo.

Essa é a fase da resistência em que já é possível pensar a luta para reaver a autonomia universitária junto à Ditadura. Também pelas lutas por eleições diretas para presidente da República, pela luta por uma Assembleia Nacional Constituinte.

Continua o assédio moral por parte de professoras, demonstrado, dentre outros momentos, nos “conselhos” e ameaças pelo envolvimento político no DA. Resistir aos tentáculos da Ditadura dentro da EEEUFBA é necessidade em todo o período analisado.

Os diferentes momentos da Ditadura podem ser observados de acordo com os eventos que são relatados pelas estudantes. Com a violência dos porões da Ditadura de 1964 a 1968, que passa a ser institucionalizada a partir do AI-5, e mais encoberta na fase chamada fase de abertura política, a partir de 1980.

A historiografia deverá sempre partir da compreensão de que são seres humanos em relação com um constituído social, cada qual com a sua base de complexidade da

vida experimentada no curso do tempo, inserido num contexto geográfico, demográfico, político, cultural, de gênero e das transformações que puderam ser praticadas nessa realidade (ENGELS; MARX, 2007).

No período ditatorial, o modelo do ensino de Enfermagem no Brasil se pautava em uma vertente autoritária, dificultando o debate dentro de uma visão crítica da realidade social do país e das políticas de saúde adotadas pelo governo brasileiro, existindo o que se pode chamar de uma “ideologia da enfermagem”, que no Brasil significava abnegação, obediência e dedicação. A enfermeira considerada boa é disciplinada e obediente, não exercia crítica social, porém consola e socorre as vítimas da sociedade (GERMANO, 1983).

A dedicação das alunas às atividades do curso devia ser total, sob pena de passarem por punições. Sem contar os fins cristãos da educação na EEUFBA (PASSOS, 2012). Edelita e Maria de Lourdes, moravam no prédio da Escola, estando sob sua tutela quase que em tempo integral (TEIXEIRA, 2011).

Apesar de habitarem o espaço público, essa arquitetura panóptica da construção da vida cotidiana das estudantes tinha clara intenção de mantê-las vigiadas, domadas e violentadas simbolicamente “conforme o estruturado” (FOUCAULT, 1987).

O ambiente da EEUFBA, tal como se constituía, desfavorecia qualquer intenção de organização das mulheres para a luta. Ao contrário, é um dificultador. É importante que isso seja considerado, porque ratifica a coragem contra o medo e a tomada de consciência da importância da luta em si e para si.

A obediência pode ser uma atitude passiva, relacionada com o hábito, com a ação mecânica, instintiva, como pode ser uma atitude ativa, de aceitação do instituído conforme aplicação de juízo de valor, utilizando-se das normas da Ditadura em benefício próprio, para condenar a conduta de quem se levanta contra a Ditadura. Os depoimentos dão conta de que existiram exemplos de estudantes com atitudes passivas e ativas de obediência à Ditadura (BOBBIO, 2004).

Para agir enquanto sujeito histórico, agente da transformação da realidade na sociedade de classes é necessária a constituição de uma consciência. Não é possível uma libertação real sem ser no mundo real e através de meios reais. Quando se posicionam do lado da classe trabalhadora, em meio à luta de classes, percebendo-se enquanto classe, e resistem à Ditadura, atuando dentro e fora da EEUFBA, essas mulheres estudantes de comportam como sujeitos históricos, não mais sozinhas (ENGELS; MARX, 2007).

É verdade que existem indícios que a maior parte das estudantes não estavam comprometidas diretamente com a resistência à Ditadura, e é também verdade que esses aspectos devem ser levados em consideração para compreender os limites críticos no modo de ação dessas pessoas.

Importa dizer que a resistência das mulheres personagens desse estudo à Ditadura civil-militar esteve relacionada à atitude prática, direta ou indireta, contrária à obediência ao regime e objetivando sua crise.

Não sendo necessário uso de violência de fato para constituir atos de resistência, são evidenciados principalmente os aspectos de formação, tática, liderança, subversão clandestina, organização, participação, artístico-culturais, de promoção do cuidado, de coragem e transformação social. Também há aspectos de contestação, relacionados ao discurso crítico, ao protesto verbal, mas não é este o objeto desse estudo (BOBBIO, 2004).

Para BOBBIO (2004), a resistência moderna caracteriza-se mais pela natureza política que pelo uso da violência. Compreende-se que a uso de meios violentes, em contextos que não favorecem o grupo resistente, podem prejudicar os fins e, já por isso, carecem ponderação. A ação não-violenta, dentro do contexto de Ditadura civil-militar (1964 – 1985), onde as violências e violações do Estado e de civis absolutamente discricionárias, também com o exemplo do que aconteceu com o levante da guerrilha do Araguaia, configurava a resistência possível para modificar as relações de poder de fato.

Mulheres estudantes de enfermagem atuaram na resistência à Ditadura civil-militar (1964-1985), fazendo história na medida em que, conscientes de seu lado na luta de classes, agiram, ao seu modo e com seus limites, para transformar a realidade.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho de pesquisa desenvolvido encontra os indícios para demonstrar os atos de resistências das mulheres estudantes de enfermagem na luta contra a Ditadura civil-militar (1964-1985). Com consciência e de forma organizada, elas agiram de modo a contribuir com a transformação da realidade naquele momento histórico. A militância se dá com diferentes modos e campos de atuação.

Os diferentes momentos da Ditadura se revelam de acordo com os eventos que são relatados pelas estudantes.

O ambiente da EEUFBA, tal como se constituía, desfavorecia qualquer intenção de organização das mulheres para a luta. Confirma-se, assim, a coragem contra o medo e a tomada de consciência da importância da luta de classes em si e para si, agindo como sujeitos históricos.

A organização política cumpre a importância de desenvolver coletivamente uma consciência de classe, daí o papel estratégico do Diretório Acadêmico para capilarizarão do que vinha sendo discutido nos movimentos políticos em geral e da participação das estudantes em atividades de movimentos sociais mais amplos.

A resistência aconteceu dentro e fora da EEUFBA. O uso da força e da violência da Ditadura atingiu as estudantes diretamente e indiretamente. Duas estudantes foram interrogadas por militares, duas experienciaram a realidade das prisões políticas, todas passaram por alguma experiência de repressão à manifestação política nas ações de rua e de ocupação, uma estudante foi impedida de continuar o curso em decorrência do AI-5.

A própria natureza do trabalho não é da busca da verdade em si. Mas os indícios memoráveis nos relatos individuais, acompanhados da experiência de transformação da realidade, indicam que sim, houve resistência de estudantes de enfermagem à Ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985).

REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena. **História oral: a experiência do CPDOC**. Rio de Janeiro: Contemporânea do Brasil, 1990.
- ARNS, Dom Paulo **Evaristo**. **Brasil: nunca mais**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- ASPIS, Renata Lima. **Um ensino de Filosofia e resistência política e (des)governamentalidade e subversões**. Educação em Revista: Marília, v.12, n.1, p.169-180, Jan.-Jun., 2011.
- BAHIA. **Relatório Milton Santos de Memória e Verdade**. UFBA: Salvador, 2014.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Brasília: EdUnb, 2001.
- BARREIRA, Sylvia Domingos; SANTOS, Maria José dos. **Escrita de textos narrativos sob diferentes condições de produção**. Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 19, Número 2, Maio/Agosto de 2015: 253-260.
- BENEVIDES, Silvio César Oliveira. Aventuras estudantis em tempos de opressão e fuzis. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro, org. IVO, Alex de Souza, et al. **Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- BENJAMIN, Walter. O narrador. In: **Obras escolhidas I**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BOAL, Augusto. **O Teatro do Oprimido e outras poéticas políticas**. Rio de Janeiro: Civilização Editora, 2010.
- BOBBIO, Norberto. **A Era dos Direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: BERTRAND BRASIL S.A., 1989.
- CARVALHO, Carlos Eduardo. **O PCdoB durante a ditadura: duas importantes contribuições**. Proj. História, São Paulo, (29) tomo 2, p. 527-552, dez. 2004.
- CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- COLLING, Ana Maria. **50 anos da Ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero**. OPSIS, Catalão, v. 15, n. 2, p. 370-383, 2015.
- DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. **Ação Popular (AP) de 1962 até 1964**. X Encontro Estadual de História. Santa Maria: UFSM, 2010.

DUCCINI, Felipe Moreira Barboza. **A Luta pela Anistia na Bahia: do Movimento Feminino Pela Anistia ao Comitê Brasileiro Pela Anistia (1975 a 1979)**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2017.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ESPIÑEIRA, Maria Victoria. A resposta da Bahia à repressão militar: a ação partidária da Ala Jovem do MDB e a militância civil do Trabalho Conjunto da cidade de Salvador. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro, org. IVO, Alex de Souza, et al. **Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes**. Salvador: EDUFBA, 2009.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GERMANO, Raimunda Medeiros. **O Ensino de Enfermagem em Tempos de Mudanças**. Rev. Brasileira de Enfermagem, Brasília, 2003. jul/ago;56(4):365-368

GREGÓRIO, Mariany. **O sindicalismo brasileiro, o golpe de 1964 e alguns desdobramentos**. Rev. Dig., ISSN 1980-3532, Florianópolis, n. 2, p.57-70, 2006.

HOBBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia de Bolso, 1997.

MARTINS FILHO, João Roberto. **Movimento Estudantil e Ditadura Militar: 1964-68**. Campinas: Papirus, 1987.

MEMORIAL DA ANISTIA. **Comitê Brasileiro pela Anistia: memórias da mobilização popular**. <disponível em <http://memorialanistia.org.br/comite-brasileiro-pela-anistia/>> Acesso em 26/12/2020.

NOGUEIRA, André. **Por que Jânio Quadro renunciou? O presidente revelou a verdade em seu leito de morte**. Aventuras da História. 16/02/2020. Disponível em: <<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/por-que-janio-quadros-renunciou-o-presidente-revelou-verdade-em-seu-leito-de-morte.phtml>>. Acesso em: 28/02/2020.

PASSOS, Elizete Silva. **De anjos a mulheres: Ideologias e valores na formação de enfermeiras**. Salvador: EDUFBA, 2012.

PENNA, Mariana Affonso. **História oral e militância política: o caso dos Movimento das Comunidades Populares**. História Oral, v. 20, n. 2, p. 7-32, jul./dez. 2017.

PERROT, Michelle. **As Mulheres ou os Silêncios da História**. Bauru: EDUSC, 1998.

PIRES, Cidia Daniela de Oliveira. MELO, Cristina Maria Meira de. **Gênese do Movimento Estudantil na Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia (1947-1959)**. Esc Anna Nery Rev Enferm, 2008, set; 12 (3): 437-43.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1992.

PRIORI, Angelo; POMARI, Luciana Regina; AMAMÂNCIO, Silvia Maria; IPÓLITO, Veronica Karina. A Ditadura Militar e a violência contra os movimentos sociais, políticos e culturais. In: **História do Paraná: séculos XIX e XX**. Maringá: Eduem, 2012.

RODEGHERO, Carla Simone. MACHADO, Vanderlei. **Mulheres em movimento: militância estudantil e luta contra a ditadura**. História Oral, v. 20, n. 2, p. 33-57, jul./dez. 2017.

ROUSSEFF, Dilma Vana. **“Me deram um soco e o dente deslocou-se e apodreceu”, conta Dilma Rousseff**. Entrevista concedida a Sandra Kiefer. Correio Brasiliense. Disponível em < www.correiobrasiliense.com.br>, junho, 2012.

SALLES, Eduardo Baldissera Carvalho; MATIELLO, Caticlys Niélys; OLSSON, Giovanni. **A Resistência e a Desobediência Civil como Direitos Fundamentais do Estado Democrático de Direito**. In: Unoesc International Legal Seminar (Autumn 2014: 26 a 28 de mar. 2014: Chapecó, SC). Anais do VI Seminário Internacional de direitos fundamentais: dignidade e proporcionalidade na Teoria de Robert Alexy. Chapecó: Unoesc, 2014.

SANTANA, Ediane Lopes de. **Campanha de desestabilização de Jango: as ‘donas’ saem às ruas!** In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro, org. IVO, Alex de Souza, et al. *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes*. Salvador: EDUFBA, 2009.

SELAU, Mauricio da Silva. **História Oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais**. Santa Catarina: REVISTA ESBOÇOS, Nº9, UFSC, 2004.

SILVA, Hélio. **1964: golpe ou contragolpe?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. **“Ousar Lutar, Ousar Vencer”**: histórias da luta armada em Salvador. Salvador: EDUFBA, 2013.

TEIXEIRA, Sidélia Santos. **Patrimônio e mulheres: o caso da escola de enfermagem da Universidade Federal da Bahia**. Revista Baiana de Enfermagem, Salvador, v. 25, n. 1, 2, 3, p. 41-52, jan./dez. 2011.

TELES, Maria Amélia da Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VEYNE, Paul. **Como se Escreve a História**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

ANEXOS

ANEXO 1 Canção do Subdesenvolvido

Composição: Carlos Lyra e Chico De Assis

O Brasil é uma terra de amores
Alcatifada de flores
Onde a brisa fala amores
Em lindas tardes de abril
Correi pras bandas do sul
Debaixo de um céu de anil
Encontrareis um gigante deitado

Santa Cruz, hoje o Brasil
Mas um dia o gigante despertou
Deixou de ser gigante adormecido
E dele um anão se levantou
Era um país subdesenvolvido
Subdesenvolvido, subdesenvolvido, etc. (refrão)

E passado o período colonial
O país se transformou num bom quintal
E depois de dadas as contas a Portugal
Instaurou-se o latifúndio nacional, ai!
Subdesenvolvido, subdesenvolvido (refrão)

Então o bravo povo brasileiro
Em perigos e guerras esforçado
Mais que prometia a força humana
Plantou couve, colheu banana..
Bravo esforço do povo brasileiro
Que importou capital lá do estrangeiro
Subdesenvolvido, subdesenvolvido... etc. (refrão)

As nações do mundo para cá mandaram
Os seus capitais desinteressados
As nações, coitadas, queriam ajudar
E aquela ilha velha ajudou também

País de pouca terra, só nos fez um bem
Um grande bem, um 'big' bem, bom, bem, bom
Nos deu luz, ah! Tirou ouro, oh!
Nos deu trem, ahhh! Mas levou o nosso tesouro
ooooh! Subdesenvolvido, subdesenvolvido... etc. (refrão)
Houve um tempo em que se acabaram
Os tempos duros e sofridos
Pois um dia aqui chegaram os capitais dos..
Estados Unidos
País amigo desenvolvido
País amigo, país amigo

Amigo do subdesenvolvido
País amigo, país amigo
E nossos amigos americanos
Com muita fé, com muita fé
Nos deram dinheiro e nós plantamos
Nada mais que café
E uma terra em que plantando tudo dá
Mas eles resolveram que a gente ia plantar
Nada mais que café

Bento que bento é o frade - frade!
Na boca do forno - forno!

Tirai um bolo - bolo!
Fareis tudo que seu mestre mandar?
Faremos todos, faremos todos...

E começaram a nos vender e a nos comprar
Comprar borracha - vender pneu
Comprar madeira - vender navio
Pra nossa vela - vender pavio
Só mandaram o que sobrou de lá
Matéria plástica,
Que entusiástica
Que coisa elástica,
Que coisa drástica
Rock-balada, filme de mocinho
Ar refrigerado e chiclet de bola
E coca-cola! Oh...
Subdesenvolvido, subdesenvolvido... etc. (refrão)

O povo brasileiro tem personalidade
Não se impressiona com facilidade
Embora pense como desenvolvido
Embora dance como desenvolvido
Embora cante como desenvolvido
Lá, lá, la, la, la, la
Êh, êh, meu boi
Êh, roçado bão
O melhor do meu sertão
Comeram o boi...
Subdesenvolvido, subdesenvolvido, etc. (refrão)

Tem personalidade!
Não se impressiona com facilidade
Embora pense, dance e cante como desenvolvido
O povo brasileiro
Não come como desenvolvido
Não bebe como desenvolvido
Vive menos, sofre mais
Isso é muito importante

Muito mais do que importante
Pois difere os brasileiros dos demais
Pela... personalidade, personalidade
Personalidade sem igual
Porém... subdesenvolvida, subdesenvolvida
E essa é que é a vida nacional!

ANEXO 2 Citação de Maria de Lourdes Ferreira no Relatório Final da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da Universidade Federal da Bahia.

Preso em Ibiúna. (Correspondência Sigilosa do Gabinete do Reitor, docs. 475 e 4732). Em 13 de fevereiro de 1969 o Comandante da VI Região Militar incluiu seu nome na relação que enviou, por ofício, ao Reitor, contendo “os nomes dos estudantes que, embora estudando gratuitamente por conta do Estado, participaram ativamente das passeatas, reuniões e comícios que tanto prejudicaram a vida de Salvador, criando um clima de intranquilidade para seus habitantes, no ano próximo findo”. Dizia ainda que esses estudantes são os que “lideram os movimentos visando a intranquilidade no setor estudantil, impossibilitando, por atos e ações, que aqueles que efetivamente desejam aproveitar as facilidades de um ensino gratuito, na realidade o possam fazer” (Correspondência Sigilosa do Gabinete do Reitor, doc. 4813). No dia seguinte, 14 de fevereiro de 1969, o Reitor informou ao Comandante da Região que “foi deliberado recusar-se matrícula nas respectivas unidades dos alunos constantes da relação”. Em consequência teve sua matrícula indeferida, “por determinação superior”. (“Correspondência Sigilosa do Gabinete do Reitor”, doc. RP4729) (BAHIA, 2014).